

Essa aparente incoerência é resultado das análises problemáticas do anarquismo e não da pobreza do próprio anarquismo.

Michael Schmidt e Lucien van der Walt

Introdução

Como demonstram estudos recentes (Schmidt e van der Walt, 2009, no prelo; Schmidt, 2012), em seus 150 anos de história, o anarquismo se desenvolveu nos cinco continentes, ainda que entre fluxos e refluxos, promovendo uma práxis que parece conter elementos teóricos de relevância sociológica.

Não é coincidência que os maiores nomes da Sociologia tenham conhecido, lido e discutido obras anarquistas. Marx produziu parte significativa de sua teoria em meio às disputas com os anarquistas e referiu-se a eles, ainda que criticamente, em muitos momentos (MARX; ENGELS; LÊNIN, 1976); há autores que, contudo, têm buscado aproximar a obra de Marx das teorias anarquistas (GUÉRIN, 1979; RUBEL; JANOVER, 2010)¹. Durkheim e Weber foram leitores dos anarquistas e discutiram com alguma profundidade o anarquismo, conforme discutido por alguns autores

(LEVY, 1999; PRAGER, 1981; DAHLMANN, 1989).

Conforme discutido em outro momento (CORRÊA, 2012), as relações sociais estão no centro das teorias anarquistas; sua crítica tem buscado explicar a sociedade capitalista como um sistema de dominação fundamentado em uma estrutura de classes. Tal sistema, conformado pelas relações de poder que são resultado das distintas forças sociais em permanente conflito, estrutura-se por meio das relações de dominação nas três esferas sociais (econômica, política/jurídica/militar e ideológica/cultural); por esse motivo, um dos eixos fundamentais da teoria anarquista é a crítica à exploração capitalista e pré-capitalista remanescente, ao Estado Moderno, à religião, à educação e, mais recentemente, à mídia, demonstrando como esses elementos se entrelaçam, dando corpo a um todo de caráter sistêmico e estrutural.

Nessa crítica, as classes sociais são elementos centrais; em geral, conforme demonstram autores como Walt (2011, p. 30), para os anarquistas, as classes sociais são definidas tanto pelas desigualdades de propriedade dos meios de produção, quanto pelas

* Editor pós-graduado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mestre pela Universidade de São Paulo (USP), doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração Ciências Sociais na Educação, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

1 Bakunin, um dos maiores adversários anarquistas de Marx, traduziu o *Manifesto* comunista para o russo (MARX; ENGELS, 2003, p. 8) e se comprometeu com a tradução de *O capital*, ainda que não a tenha concluído (LEIER, 2006, p. 210).

desigualdades de propriedade dos meios de coerção e administração – não se trata, assim, de uma categoria exclusivamente econômica e nem completamente vinculada ao campo do trabalho.

Os anarquistas também possuem contribuições relevantes no campo das teorias da mudança social. Errandonea (1989) demonstra como suas contribuições na estratégia de conformar uma crescente força social de base classista, revolucionária e autogestionária, cujo objetivo é modificar as relações de poder chegando à autogestão generalizada nas três esferas, negam as abordagens funcionalistas e trazem elementos relevantes para a compreensão dos processos de mudança e transformação social. Estas ocorrem, segundo sustenta o autor, como resultado das relações de poder que se dão nas três esferas e que podem alterar parcial ou completamente o sistema e sua estrutura. Ao refletir sobre a maneira que esses processos de mudança e transformação ocorrem, os anarquistas adotam, em geral, um modelo voluntarista, que prioriza a agência humana, sem, no entanto, deixar de tomar em conta a influência e os limites colocados pelas estruturas sociais.

A questão da estratégia possui, neste aspecto, relevância central. Concebida, de acordo com Rocha (2009, p. 246), como a ciência do conflito, que busca utilizá-lo para se atingir determinados fins políticos, os anarquistas reforçam posições de teóricos da guerra como Clausewitz (2010, p. 71), que afirma que, em qualquer estratégia coerente, os objetivos devem condicionar as ações – os objetivos estratégicos exigem uma estratégia coerente, desdobradas em táticas, que devem apontar para a realização da estratégia e esta para a realização do objetivo estratégico. Para os anarquistas, trata-se de conciliar seus objetivos socialistas e libertários com uma práxis cotidiana que se desenvolva neste mesmo sentido e que aponte estrategicamente para

eles. Por esse motivo, em suas distintas estratégias, os anarquistas têm buscado promover a democracia de base e princípios como a autonomia, a participação, o federalismo libertário e a autogestão – visam, no processo da luta de classes, à criação de novos sujeitos e ao começo imediato da construção da nova realidade que desejam atingir.

Esses e outros elementos parecem apontar para a relevância sociológica deste objeto. Vivemos atualmente contextos em que as questões apresentadas constituem importantes temas da Sociologia: o capitalismo contemporâneo e suas relações com o Estado e a cultura, a oposição (considerada falsa pelos anarquistas) entre mercado capitalista e Estado, a cultura contemporânea com o papel relevante dos meios de comunicação contemporâneos e as igrejas neopentecostais, as classes sociais com as mudanças ocorridas no campo do trabalho, os movimentos sociais e seu papel nos processos de mudança social, o problema da participação popular nos processos decisórios, as diferentes estratégias e forças políticas em jogo, entre outros.

Entretanto, conforme afirma Walt ([s/d], p. 6), “o anarquismo ‘não tem sido bem tratado na academia’; marginalizado no currículo universitário, suas visões continuam a não ser ‘completamente respeitáveis, em termos acadêmicos’”. Contata-se, por meio de uma recente pesquisa bibliográfica (CORRÊA, 2012), que a afirmação de Walt está correta.

Tomando em conta esses dois fatores – a hipótese da relevância do tema para a Sociologia e a falta de estudos no campo acadêmico – este artigo pretende recomençar a discussão deste objeto, a partir de um balanço bibliográfico crítico dos estudos de referência do anarquismo, buscando evidenciar as principais problemáticas teóricas e históricas, e explicar o estado da arte do debate existente que tem influenciado produções, ainda que esparsas, dentro e fora das uni-

versidades. Para isso, definem-se quais são esses estudos e, partindo do problema metodológico que envolve a relação entre teoria social e história, analisam-se suas definições de anarquismo, os caminhos percorridos por seus autores para elaborá-las e suas conclusões fundamentais. Por meio de um balanço, apontam-se as principais problemáticas que permeiam esses estudos.

Estudos teóricos e históricos de referência

Consideram-se sete os “estudos teóricos e históricos de referência”, que têm sido utilizados significativamente nas investigações do anarquismo, acadêmicas ou não. São, neste momento, apresentados, junto com seus autores, e, em seguida analisados, visando apresentar brevemente o estado da arte da discussão teórica e histórica em torno deste objeto.

A relevância desses estudos é atribuída a dois fatores fundamentais: primeiro, ao fato de aparecerem, com frequência, em uma pesquisa bibliográfica ampla (Corrêa, 2012); segundo, ao fato de demonstrarem certa relevância em

uma análise bibliométrica simples, realizada com a ferramenta Google Acadêmico².

A obra mais antiga, *Der anarchismus*, escrita pelo jurista Paul Eltzbacher, foi escrita e publicada em 1900, traduzida para o inglês e publicada em 1908 [Anarchism], constituindo no primeiro estudo acadêmico sobre o anarquismo. Recebendo atenção e admiração, esta obra vem sendo significativamente difundida, e é comercializada até o presente em língua inglesa; entre as produções em inglês, possui, ainda hoje, alguma relevância.

Outra obra, escrita originalmente em nove volumes e publicada em partes por Max Nettlau desde os anos 1920, foi resumida e publicada em 1935 com o título de *La anarquía a través de los tiempos*, em espanhol, sendo depois traduzida para o inglês [A short history of anarchism], o francês [L'histoire de l'anarchie] e outros idiomas, tornando-se referência. Além da produção de Nettlau ter sido fundamental para produções teóricas e históricas posteriores, ela continua a ser referência nos países em que está traduzida há mais tempo. Por razão de o autor ser simpático ao anarquismo, pelo fato de ele ter conhecido pessoalmente alguns dos anarquis-

2 As referências bibliométricas citadas a seguir foram consultadas em junho de 2012, na base de dados do Google Acadêmico. Praticamente, não havia referências em outros indexadores de periódicos acadêmicos. Para essa análise, especifica-se a seguir o procedimento metodológico utilizado. A partir da identificação da presença dessas obras (estudos de referência) na bibliografia utilizada em Corrêa (2012), pesquisou-se a existência de citações delas nos estudos indexados em quatro idiomas (português, inglês, francês e espanhol). Na análise, levaram-se em conta fatores relevantes: as obras indexadas pela ferramenta, a tradução das obras para os idiomas, a publicação por editoras pequenas ou grandes e a aceitação no meio acadêmico. Os indicadores apresentados constituem, portanto, somente uma ferramenta para analisar a relevância das obras, tanto no conjunto da produção nos quatro idiomas mencionados, como para analisar sua relevância nas produções em cada um dos idiomas especificados. Os dados pesquisados, que devem ser levados em conta de maneira relativa, apresentam-se a seguir. Em primeiro lugar, coloca-se o número de obras publicadas no idioma, que possuem a palavra “anarquismo” no título, levando em conta as devidas variações de tradução; em seguida, coloca-se o nome dos autores dos sete estudos de referência escolhidos, seguido do número de citações desse autor no idioma de referência. Em português: total de artigos 219; Eltzbacher 0, Nettlau 0, Woodcock 50, Joll 18, Guérin 9, Marshall 0, McKay 0. Em inglês: total de artigos 1.190; Eltzbacher 36, Nettlau 23, Woodcock 270, Joll 190, Guérin 210, Marshall 235, McKay 9. Em francês: total de artigos 406; Eltzbacher 0, Nettlau 11, Woodcock 0, Joll 0, Guérin 10, Marshall 0, McKay 0. Em espanhol: total de artigos 936; Eltzbacher 2, Nettlau 32, Woodcock 30, Joll 30, Guérin 24, Marshall 0, McKay 0. Totalização de artigos: 2.751; Eltzbacher 38, Nettlau 66, Woodcock 350, Joll 238, Guérin 253, Marshall 235, McKay 9.

tas clássicas, e dedicado sua vida à reunião e à divulgação de escritos anarquistas, sua produção tem ênfase no caráter militante, de preservação da memória anarquista.

Durante os anos 1960, foi publicado um conjunto de obras que vem tendo influência, dentro e fora das universidades, nos estudos do anarquismo. Publicada em 1962, *História das ideias e movimentos anarquistas*, de George Woodcock, logo foi traduzida em diversos idiomas, sendo publicada no Brasil em 1983. Tornou-se uma referência comercial e consta na bibliografia da maioria dos estudos teóricos e históricos do anarquismo, especialmente nos países de língua inglesa, portuguesa e espanhola; dentre os estudos em questão, é a que possui maior impacto. Woodcock foi um simpatizante das ideias anarquistas e escreveu diversos livros sobre o tema. Em 1964, outra obra relevante foi publicada *Anarquistas e anarquismo*, de James Joll, historiador acadêmico britânico, que também vem tendo impacto significativo nos idiomas para os quais foi traduzida. Em 1965, Daniel Guérin, militante francês, publicou *Anarquismo: da doutrina à ação*, originalmente em francês [L'anarchisme: de la doctrine à la action], que logo foi traduzida para o inglês [Anarchism: from theory to practice] – recebendo um prefácio de Noam Chomsky, que contribuiu para potencializar sua difusão –, e também para o alemão [Anarchismus: begriff und praxis] e outros idiomas. Foi traduzida e publicada no Brasil em 1968 por uma pequena editora, o que limitou significativamente o impacto na produção de língua portuguesa; nos países de língua francesa e espanhola, o livro possui alguma relevância e destaca-se muito nas produções de língua inglesa.

Demanding the impossible: a history of anarchism, de Peter Marshall, um acadêmico simpático às ideias anarquistas, foi publicado em 1992. Ainda que seja recente e não

tenha sido traduzida para outros idiomas, a obra tem um impacto significativo nos países de língua inglesa. *An anarchist FAQ*, de Iain McKay, foi uma obra que surgiu do resultado de um esforço militante iniciado na internet, em 1995, e que, em 2007, foi publicada parcialmente em livro, em inglês. Mesmo que o livro não tenha ingressado, até o momento, de maneira significativa, no meio acadêmico, o trabalho na internet foi traduzido para muitos idiomas e difundido por grande parte do mundo: está disponível em inglês, português, japonês, curdo, francês e hebraico. Possui, por isso, um impacto significativo.

A problemática metodológica apresentada por Eltzbacher

Eltzbacher (2004) dedicou a introdução e o primeiro capítulo de sua obra à discussão das principais dificuldades metodológicas encontradas para a realização de um estudo científico do anarquismo.

Conforme mencionado, constatando a falta de conhecimento deste objeto entre as massas, os acadêmicos e os estadistas, Eltzbacher citou diversas definições de anarquismo, algumas contraditórias entre si, sustentadas por um conjunto relativamente amplo de autores. Seu estudo, à época, buscava justamente solucionar esse problema conceitual.

Além das dificuldades de acesso à bibliografia e da necessidade de realizar uma abordagem interdisciplinar – que levasse em conta noções do Direito, da Economia e da Filosofia – o autor identifica as principais dificuldades metodológicas encontradas. Dentre elas, destaca o problema de como iniciar um estudo desse tipo.

Alguns reivindicam que aquilo que escreve e faz é anarquista, outros não. Seria a autoidentificação um critério para determinar o que é o anarquismo e quem são os anarquistas? Alguns consideram que deter-

minadas ideias e práticas são anarquistas, outros não. Eltzbacher (2004, p. 6) questiona: “Como alguém pode considerar algum desses [preceitos] anarquistas um ponto de partida sem aplicar o conceito exato de anarquismo que tem ainda de ser determinado?”

Identifica-se, na questão apresentada por Eltzbacher, o problema metodológico com o qual todos os estudos do anarquismo, teóricos e históricos, de alguma maneira, têm de lidar. A realização de uma análise histórica para se definir o que é o anarquismo implica, necessariamente, a própria seleção bibliográfica – de quais serão os autores ou episódios analisados –, uma definição prévia de anarquismo, que certamente determinará os resultados da pesquisa. A realização de um estudo teórico que defina o anarquismo implica, necessariamente, elementos conceituais que determinam, de antemão, os autores e episódios históricos que darão respaldo a essa teoria³.

Para solucionar esse problema do qual estava completamente ciente Eltzbacher escolheu os autores considerados os teóricos anarquistas mais relevantes, a partir da indicação de pesquisadores que, segundo ele, estavam comprometidos cientificamente com as investigações do anarquismo. Chegou, a partir dessa indicação, a “sete sábios” do anarquismo: William Godwin, Pierre-Joseph Proudhon, Max Stirner, Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin, Benjamin Tucker e Liev Tolstói. Partindo da definição de três categorias fundamentais – Direito, Estado e propriedade –, o autor avaliou a produção teórica destes sete sábios e, por meio de um estudo comparativo, buscou as semelhanças entre eles. O ponto em comum entre os sete “anarquistas” permitiria, segundo acreditava, elaborar uma definição adequada de anarquismo.

Identificam-se, a seguir, a estruturação e as definições de anarquismo dos estudos de referência, retomando, em seguida, essa problemática metodológica colocada por Eltzbacher.

As definições de anarquismo e a estruturação dos estudos de referência

Eltzbacher (2004) estrutura sua obra teórica da seguinte maneira: além das discussões metodológicas iniciais, dedica um capítulo à definição das categorias mencionadas e um capítulo à discussão da produção teórica de cada um dos autores selecionados, a partir das categorias escolhidas. Nos dois últimos capítulos, Eltzbacher (p. 292) realiza um estudo comparativo entre os autores e conclui que “os ensinamentos anarquistas têm em comum apenas uma coisa: eles negam o Estado no futuro”. O anarquismo é, portanto, assim, definido como a *oposição do Estado no futuro*.

Nettlau (2008) não apresenta uma definição clara de anarquismo em sua obra, a não ser pela seleção de autores e episódios realizada, que permite compreender, ainda que não muito claramente, sua abordagem conceitual. Sua obra, de caráter histórico, tem o foco central na Europa, aborda com alguma profundidade os Estados Unidos e passa rapidamente por algumas outras regiões, abarcando um período histórico extremamente amplo.

O primeiro capítulo inicia com as contribuições de Zenão (333-264 a.C.) e termina na Revolução Francesa; o último vai até a prática anarquista na Internacional Sindicalista, de 1922, estendendo-se até 1934. Nos capítulos que compõem a obra, Nettlau pas-

3 O questionamento feito em 1900 por Eltzbacher, que envolve as relações entre a história e a teoria social, continua a ser discutido e trata-se de um tema relevante, conforme demonstra Burke (2011).

sa pelas manifestações libertárias anteriores a 1789, pelas obras de Godwin, Robert Owen, William Thompson, Fourier e os fourieristas, e por um estudo das experiências individualistas autóctones dos Estados Unidos, além das obras de Josiah Warren e Tucker. Passa por Proudhon e pelos proudhonianos, e sua atuação na França, na Espanha e na Alemanha, país que se dedica a explorar, por meio de estudos sobre a obra de Stirner, Eugen Dühring e Gustav Landauer. Aborda o grupo de *L'humanitaire* e as obras de Élisée Reclus, Joseph Déjacque e Ernest Coeurde-roy, e depois avança nas práticas libertárias até os anos 1870, dedicando-se às origens do anarquismo na Espanha, na Itália, na Rússia e alguns outros países, passando pelas produções de Pi y Margall e Bakunin. Dedicase ao estudo da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) – chamada posteriormente de Primeira Internacional (1864-1877) – e das organizações políticas impulsionadas por Bakunin em 1864 e 1868, abordando as disputas com o setor “centralista” liderado por Karl Marx, a concepção sindical surgida naquele contexto e a Comuna de Paris. Passa pela Internacional Antiautoritária, que durou até 1877, e aborda as origens do anarco-comunismo entre 1876 e 1880. Os últimos capítulos dedicam-se aos estudos dos teóricos e de práticas anarquistas na França – incluindo a produção de Kropotkin, na Itália, com Errico Malatesta e Saverio Merlino –, e na Espanha. Um capítulo dedica-se, brevemente, ao estudo do anarquismo na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Suíça e na Bélgica, a partir de 1880. Outros dois passam brevemente pela Holanda, os países escandinavos, a Rússia, o Leste Europeu, a África, a Austrália e a América Latina. Posteriormente, há um estudo do sindicalismo revolucionário francês e das contribuições de Fernand Pelloutier e Émile Pouget até o início da Primeira Guerra Mundial.

Para Nettlau (2008, p. 27), “uma história da ideia anarquista é inseparável da história de todas as evoluções progressivas e das aspirações à liberdade”. Seria necessário, portanto, “procurar estudar o momento histórico favorável em que surge essa consciência de uma existência livre pregada pelos anarquistas”. Esse é o motivo de seu corte histórico ser tão amplo. Pelos autores e episódios selecionados para a realização de sua obra, nota-se que o conceito que norteia essa seleção é de uma compreensão do anarquismo como “aspiração à liberdade” ou “consciência de uma existência livre”. Concepção esta, que se mostra em acordo com outra, apresentada em um estudo distinto, quando Nettlau (2011, p. 1) enfatizou ser o maior objetivo do anarquismo “a máxima realização possível de liberdade e bem-estar para todos”. Dessa maneira, o anarquismo é definido como a *consciência e a aspiração de uma existência de liberdade e bem-estar para todos*.

Woodcock (2002) divide sua obra em duas partes: uma relativa às ideias anarquistas, e a outra, ao “movimento anarquista”. A primeira inicia-se com um capítulo de definições teóricas que incluem, além dos teóricos utilizados por Eltzbacher, Sébastien Faure, Buenaventura Durruti, Henry David Thoreau, Thomas More, William Morris, Mahatma Gandhi, Aldous Huxley e Percy Bysshe Shelley. Referindo-se à explicação etimológica do termo “anarquia” e seus derivados, o autor aborda seu surgimento na Revolução Francesa e como Proudhon lhe deu, em 1840, um sentido positivo.

Para Woodcock (2002, v. I, p. 7, 16), alguns elementos fundamentam sua definição de anarquismo: “Todos os anarquistas contestam a autoridade e muitos lutam contra ela”, ainda que a autoridade não seja por ele definida; afirma, apenas, que ela é “o princípio dominante nos modelos sociais contemporâneos”. E mais:

Do ponto de vista histórico, o anarquismo é a doutrina que propõe uma crítica à sociedade vigente; uma visão de sociedade ideal do futuro e os meios para passar de uma para outra. [...] O anarquismo preocupa-se, basicamente, com o homem e sua relação com a sociedade. Seu objetivo final é sempre a transformação da sociedade; sua atitude no presente é sempre de condenação a essa sociedade, mesmo que essa condenação tenha origem numa visão individualista sobre a natureza do homem; seu método é sempre de revolta social, seja ela violenta ou não (Ibid., p. 7).

Haveria, ainda, segundo sustenta, um “elemento comum a todas as formas de anarquismo”: “a substituição do Estado autoritário por alguma forma de cooperação não governamental entre indivíduos livres” (Ibid., p. 12).

O anarquismo caracteriza-se, assim, por *uma crítica da sociedade presente – fundamentada na autoridade, e, mais especificamente, no Estado –, uma proposta de sociedade futura e uma estratégia de transformação social que poderia ou não ser violenta.*

O segundo capítulo de seu livro apresenta uma árvore genealógica do anarquismo, a partir dos estudos históricos de Kropotkin, Nettlau e Rudolf Rocker, remetendo o anarquismo aos tempos mais longínquos e identificando elementos deste nas obras de filósofos como “Lao Tsé e Zenão, Étienne de la Boétie, Fénelon e Diderot”; encontrando elementos anarquistas na Abadia de Thélème e em Rabelais, “com seu lema libertário: ‘Faça o que quiser!’”, e também em movimentos religiosos como “anabatistas, hussitas, os doukhobors e os essenes”, além do próprio Jesus Cristo que, para ele, é um anarquista (Ibid., p. 40).

A obra continua com uma sequência de seis capítulos, em que analisa a produção teórica de Godwin, Stirner, Proudhon, Kropotkin e Tolstói – assimilando-se à estrutura da obra de Eltzbacher. A segunda parte inicia com um capítulo introdutório,

que trata da internacionalização do anarquismo, e um conjunto de quatro capítulos que analisa a presença do anarquismo na França, na Espanha, na Itália e na Rússia, e um último, que analisa o anarquismo na América Latina, no norte da Europa, na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Joll (1970) também divide sua obra em teoria e prática, pensamento e ação; a primeira delas abordada em duas partes: uma, na qual realiza um histórico das lutas pela liberdade e o surgimento do socialismo, na qual inclui os anabatistas, Jean-Jaques Rousseau, Godwin, a Revolução Francesa e a prática dos *sans-culottes* e os *enragés*, Babeuf e a Conspiração dos Iguais, Fourier e Saint-Simon e Wilhelm Weitling; outra, na qual se dedica a um estudo mais pormenorizado de Bakunin e Proudhon. Uma terceira parte aborda a prática anarquista, por meio de uma análise da “propaganda pelo fato”, levada a cabo pelos atentados terroristas da Europa dos anos 1880 e 1890, as produções de Kropotkin e outros anarquistas de referência, a Revolução Russa, a Revolução Espanhola e a discussão dos anarquistas sobre a questão sindical.

Em sua definição de anarquismo, afirma que:

Os anarquistas combinam uma crença na possibilidade de uma ação violenta e súbita da sociedade com uma confiança na racionalidade dos homens e na possibilidade de aperfeiçoamento destes. Num certo sentido, são os herdeiros de todos os movimentos religiosos utópicos e milenares que acreditaram que o fim do mundo estava para breve e confiantemente esperavam o momento em que “a trombeta soar e ficaremos totalmente modificados, num momento, num piscar de olhos”. Por outro, são também filhos da Idade da Razão. [...] Eles, mais do que ninguém, levaram sua crença na Razão e no Progresso e na persuasão pacífica para lá dos seus limites lógicos. O anarquismo é, simultaneamente, uma fé religiosa e uma filosofia racional; e muitas das suas anomalias resultam do conflito entre estas duas tendências e das tensões

entre as diferentes espécies de temperamento que os representam (JOLL, 1970, p. 13-14).

Esses dois elementos, fé religiosa e filosofia racional, constituem o cerne do anarquismo. Por um lado, o caráter praticamente religioso, de uma crença que uma revolução seria inevitável e solucionaria todos os problemas sociais; por outro, o caráter racional, que acreditava ser possível persuadir as pessoas da validade de seu ideal. O anarquismo, imerso nessa contradição entre razão e emoção, é definido a partir da *busca da transformação social e da crença na racionalidade humana e na possibilidade do aperfeiçoamento humano*.

Guérin (1968) apresenta sua obra de maneira similar, dividindo-a em três partes. A primeira, na qual discute as ideias-força do anarquismo, definindo os princípios anarquistas; a segunda, em que discute a proposta anarquista de sociedade futura, e a terceira, na qual analisa a prática revolucionária anarquista, a partir da discussão sobre o contexto europeu de 1880 a 1914, e de três episódios revolucionários que contaram com a participação anarquista: a Revolução Russa, os conselhos de fábrica italianos e a Revolução Espanhola. O anarquismo é assim definido por Guérin (1968, p. 20):

Anarquismo é, com efeito, antes de tudo, sinônimo de socialismo. O anarquista é, em primeiro lugar, um socialista que visa abolir a exploração do homem pelo homem. O anarquismo é um dos ramos do pensamento socialista, onde (sic) predominam, fundamentalmente, o culto da liberdade e a vontade de abolir o Estado.

O anarquismo, para esse autor, é uma *corrente do socialismo que defende, similarmente aos outros socialistas, a luta contra a exploração, e, diferentemente deles, a posição de que o Estado não é um meio para se atingir à liberdade, à qual só se pode chegar por meio de práticas libertárias*. Guérin define o anarquismo a partir dos *seguintes princí-*

pios: a luta contra o capitalismo, o Estado e a democracia burguesa; a crítica ao socialismo "autoritário"; as energias individuais e das massas; seus aspectos construtivos, que incluem a organização, a autogestão e o federalismo na economia e na política, a mobilização pelo local de trabalho e moradia; o internacionalismo e o anti-imperialismo. Seu referencial bibliográfico teórico é, em grande medida, Proudhon e Bakunin, mas também utiliza, com bastante frequência, Stirner, fundamentalmente ao tratar da crítica ao Estado e da defesa da liberdade individual.

Marshall (2010) divide sua obra em sete partes. A primeira contesta o senso comum em torno dos termos "anarquia" e seus derivados e elabora, brevemente, os traços gerais do anarquismo. A segunda aborda os precursores do anarquismo e discute o taoísmo, o budismo, os gregos, o cristianismo, a Idade Média, a Revolução Inglesa, o Renascimento e o Iluminismo na França e o Iluminismo na Inglaterra. A terceira estuda os grandes libertários da França, da Alemanha, da Inglaterra e dos Estados Unidos. A quarta discute as obras de doze clássicos anarquistas: Godwin, Stirner, Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Reclus, Malatesta, Tolstói, os individualistas e os comunistas americanos, Emma Goldman, os comunistas alemães e Gandhi. A quinta analisa alguns episódios do anarquismo em ação: na França, na Itália, na Espanha, na Rússia e na Ucrânia, no norte da Europa, nos Estados Unidos, na América Latina e na Ásia. A sexta estuda o anarquismo moderno, a partir da Nova Esquerda e dos movimentos de contracultura, a nova direita e os anarco-capitalistas, os libertários modernos, os anarquistas modernos, dentre os quais dá destaque a Murray Bookchin e seu debate sobre Ecologia. A sétima, conclusiva, analisa a concepção anarquista da relação entre meios e fins e argumenta em relação à relevância do anarquismo.

“Seria enganoso dar uma definição clara de anarquismo”, sustenta Marshall (2010, p. 3), já que o anarquismo é, “por sua própria natureza, antidogmático”. Esse autor afirma que “o anarquismo não possui um corpo fixo doutrinário, fundamentado em uma visão de mundo particular”, mas se define por ser “uma filosofia complexa e sutil, que abarca muitas correntes de pensamento e estratégias distintas”. Ainda assim, elabora uma definição ampla, sendo o anarquismo, para ele, “uma atitude, um modo de vida, assim como uma filosofia social. Apresenta uma análise das instituições e práticas existentes e, ao mesmo tempo, oferece a perspectiva de uma sociedade transformada radicalmente. Acima de tudo, sustenta o fascinante ideal da liberdade pessoal e social” (Ibid., p. 15).

Apesar das várias diferenças entre os anarquistas, pode-se, segundo afirma, identificar alguns elementos em comum.

Uma visão particular da natureza humana, uma crítica da ordem existente, um projeto de uma sociedade livre e um meio para atingi-la. Todos os anarquistas rejeitam a legitimidade do governo exterior e do Estado e condenam a autoridade política, a hierarquia e a dominação impostas. Buscam estabelecer as condições de anarquia, ou seja, uma sociedade descentralizada e autorregulada fundamentada em uma federação de associações voluntárias de indivíduos livres e iguais. O objetivo último do anarquismo é criar uma sociedade livre que permita todos os seres humanos realizar completamente seu potencial (Ibid., p. 3).

O anarquismo é, assim definido, como *uma filosofia antidogmática, que se fundamenta na crítica da dominação – envolvendo a autoridade, a hierarquia, o Estado, o governo – e na defesa na defesa de uma sociedade libertária e igualitária, que implica descentralização, autorregulação e a federação de associações voluntárias.*

McKay (2008) divide sua obra em sete seções e apresenta seu conteúdo por meio de perguntas e respostas elaboradas por ele pró-

prio. A primeira conceitua o anarquismo, a segunda apresenta a crítica anarquista da sociedade presente, complementada pelas três partes seguintes, que apresentam a crítica anarquista do capitalismo, do Estado, e analisam seus impactos econômicos, políticos e ecológicos. A sexta parte discute se o anarcocapitalismo é um tipo de anarquismo, negando sua relação com a tradição anarquista. Um apêndice sobre a simbologia utilizada pelos anarquistas complementa a obra. Há, entretanto, outros volumes que devem ser publicados no futuro, com conteúdo que consta apenas na internet. Analisa-se, aqui, somente o primeiro volume.

Seu referencial utilizado é significativamente amplo, e vai desde os clássicos como Proudhon, Bakunin, Kropotkin e Malatesta, até autores contemporâneos. Às fontes primárias dos clássicos, o autor adiciona outros anarquistas conhecidos como Goldman, Alexandre Berkman, Nicola Sacco e Bartolomeu Vanzetti, além de historiadores do anarquismo.

Por meio da demonstração de que o anarquismo não implica somente crítica à sociedade presente, mas também propostas construtivas, McKay (2008, p. 18) assim o define:

O anarquismo é uma teoria política e socioeconômica, mas não uma ideologia. Essa diferença é muito importante. Basicamente, a teoria significa que você possui ideias; a ideologia significa que as ideias possuem você. O anarquismo é um corpo de ideias flexíveis, em constante estado de evolução e alteração, e aberto às mudanças que surgem a partir de novos dados. Assim como a sociedade, o anarquismo modifica-se e desenvolve-se. Uma ideologia, diferentemente, é um corpo de ideias “fixas”, no qual as pessoas acreditam de maneira dogmática, com frequência ignorando a realidade ou “modificando-a”, de maneira a encaixá-la na ideologia que é (por definição) correta.

Ao colocar o anarquismo no campo da teoria, McKay (2008, p. 18) tem por objetivo diferenciá-lo de ideologias como “o leninismo, o objetivismo, ‘o libertarianismo’ [li-

beralismo radical]”, e outras, que implicam “destruição dos indivíduos reais em uma de uma doutrina”, que “serve normalmente aos interesses de alguma elite dominante”. A teoria anarquista, segundo ele, implica *oposição radical à hierarquia e, portanto, ao capitalismo e ao Estado, e busca criar uma sociedade socialista, sem governo, fundamentada nos interesses coletivos, na liberdade e na solidariedade*.

A problemática metodológica e conceitual dos estudos de referência

A problemática identificada por Eltzbacher transpassa todos os estudos de referência. O vínculo indissociável entre teoria social e história, entre a elaboração conceitual e os dados levados em consideração – que constitui uma relação de interdependência – continua a complicar os estudos sobre anarquismo⁴.

O próprio Eltzbacher terminou vítima da problemática metodológica que ele mesmo enunciou. Sua questão poderia ser colocada a ele próprio. Não teriam os pesquisadores “comprometidos cientificamente com as investigações do anarquismo” um conceito de anarquismo pré-definido que determinaria, de antemão, os resultados de sua pesquisa? Ao levar em conta os sete autores considerados anarquistas por esses pesquisadores, esse autor chegou, por meio de uma análise rigorosa, à conclusão que, provavelmente, norteou, consciente ou inconscientemente, os pesquisadores que lhes indicaram os referidos autores: anarquismo é a negação do Estado no futuro – tal era a única característica que unia os sete sábios. Os pesquisadores que os indicaram deviam ter em mente, de antemão, ainda que não tivessem clareza disso, esse conceito de anarquismo, indicando

autores que, depois de analisados, confirmariam esse conceito dado *a priori*.

Tal resultado deveria ter sido levado em conta pelos pesquisadores que deram continuidade às investigações sobre o anarquismo. Se a análise dos aspectos comuns de um determinado conjunto de autores, que deveria chegar a um conceito de anarquismo, concluiu que a única similaridade encontrada é uma oposição futura ao Estado; e se se considera que a oposição futura ao Estado não é suficiente para definir o anarquismo – já que outras correntes, distintas do anarquismo, também se opõem ao Estado no futuro –, então parece óbvio que a amostragem de dados – nesse caso, o conjunto de autores levados em consideração – tem problemas. No entanto, conforme se observa nos estudos de referência, os autores utilizados por Eltzbacher continuam, em sua maioria, a ser considerados anarquistas e a pautar os estudos de maneira bastante determinante.

A interdependência entre teoria social e história, conforme sustentado por Burke (2011, p. 16), que considera “mais útil tratá-las [a Sociologia e a História] como complementares” – e, portanto, entre a elaboração conceitual e os autores e episódios históricos levados em consideração –, pode ser analisada por meio de diversos elementos presentes nos estudos de referência do anarquismo. Trata-se, agora, de identificar, por meio dessa relação entre teoria social e história, as principais problemáticas colocadas pelos estudos em questão.

O anarquismo como fenômeno ahistórico

Nettlau, Woodcock e Marshall realizam uma seleção histórica tão ampla, que pode

4 E, como afirma Burke (2011, p. 15-41), não somente do anarquismo, mas de diversos outros temas históricos.

ser considerada ahistórica, apresentando o anarquismo como um fenômeno que sempre existiu independente da época analisada. Marshall (2010, p. 3-4), ao refletir sobre a origem do anarquismo, afirma:

O anarquismo surgiu de um protesto moral contra a opressão e a injustiça. As primeiras sociedades humanas presenciaram uma luta constante entre aqueles que queriam mandar e aqueles que se negavam a obedecer ou mesmo a mandar. O primeiro anarquista foi a primeira pessoa que sentiu a opressão de outra e rebelou-se contra ela. [...] Por ser uma tendência reconhecível na história humana, a linha do tempo do anarquismo, em termos de pensamento e fatos, deve buscar um passo de milhares de anos atrás.

Segundo esse ponto de vista, todas as lutas contra a opressão, independente do momento histórico em que tenham ocorrido, seriam demonstrações práticas do anarquismo.

Na realidade, como o próprio Marshall (2010, p. 19) afirma, ele utilizou como base de seu estudo o verbete sobre anarquismo elaborado por Kropotkin, em 1910, para a *Encyclopaedia britannica*. Nesse texto, Kropotkin (1987, p. 22-27) afirma que estariam incluídos, no “desenvolvimento histórico do anarquismo”, Lao Tsé, Aristipo (430 a.C.), Zenão (342-267 ou 270 a.C.) – considerado por este autor “o melhor expoente da filosofia anarquista na Grécia Antiga” –, Marco Girolamo Vida, os cristãos primitivos – a partir do século IX na Armênia, as pregações dos hussitas, Chojecki e os primeiros anabatistas –, Rabelais e Fénelon no século XVIII, partes do pensamento de Rousseau e Diderot, teóricos da Revolução Francesa, Godwin, Stirner e Thompson. A partir desse histórico prévio, Kropotkin aborda as contribuições de Proudhon, Bakunin e outros anarquistas da Internacional.

Posições semelhantes foram defendidas por outros anarquistas, como Rocker (1978, p. 16), que afirma: “as ideias anarquistas aparecem em todos os períodos conhecidos da história, por mais que, nesse sentido, haja ainda muito para ser explorado”. Para ele, uma história do anarquismo deveria se debruçar sobre toda a história universal.

Tais abordagens ahistóricas apontam para definições de anarquismo significativamente amplas, conceituando-o como uma luta contra a dominação de maneira geral – ou, como se chamou historicamente, a luta contra a “autoridade” – ou como uma luta contra o Estado.

Não é coincidência que as definições de anarquismo elaboradas por Nettlau, Woodcock e Marshall caminhem nesse sentido. As aspirações de uma existência de liberdade e bem-estar para todos – definição de anarquismo de Nettlau –, a crítica da dominação de maneira geral, com ênfase no Estado, e a defesa da liberdade e da igualdade como perspectiva futura – definições de anarquismo de Woodcock e Marshall – certamente envolvem elementos existentes em toda a história.

A grande quantidade dos dados levados em consideração – toda a história humana – só pode apontar para uma definição ampla que, em realidade, define pouco. Além disso, essas abordagens tendem a considerar o contexto, e, portanto, a própria história, uma peça acessória, tanto no surgimento quanto no desenvolvimento do anarquismo; nos mais distintos contextos históricos – com ou sem capitalismo, Estado Moderno e proletariado –, o anarquismo sempre teria existido.

As análises etimológicas dos termos “anarquia” e seus derivados

Guérin (1968, p. 19-20), Woodcock (2002, v. I, p. 8), Marshall (2010, p. 3) e

McKay (2008, p. 19-21) utilizam análises etimológicas dos termos “anarquia” e seus derivados como um critério para definir o anarquismo – um recurso que poderia, aparentemente, ser utilizado para iniciar um estudo sobre o tema.

Woodcock (1998, p. 11), utilizando-o, explica:

A origem da palavra anarquismo envolve uma dupla raiz grega: *archon*, que significa governante, e o prefixo *an*, que indica sem. Portanto, anarquia significa estar ou viver sem governo. Por consequência, anarquismo é a doutrina que prega que o Estado é a fonte da maior parte de nossos problemas sociais, e que existem formas alternativas viáveis de organização voluntária. E por definição, anarquista é o indivíduo que se propõe a criar uma sociedade sem Estado.

Esse recurso metodológico, de partir das análises etimológicas, foi também utilizado pelos próprios anarquistas, como no caso de Kropotkin (1987, p. 19), que identificou na raiz grega do termo, “*an – e arke*”, o significado de “contrário à autoridade”. As definições apresentadas por Woodcock e Kropotkin vão ao encontro do sentido abordado anteriormente, de conceitos significativamente amplos, que trabalham, em geral, com a definição do anarquismo como oposição à dominação. Ainda que utilize essa análise etimológica, Guérin realiza uma abordagem histórica e uma definição mais restrita de anarquismo. Woodcock e Marshall, por sua vez, utilizam abordagens ahistóricas e definições amplas de anarquismo.

Tais análises etimológicas permitem compreender o anarquismo apenas como uma negação. Entretanto, Woodcock e Kropotkin nunca conceberam o anarquismo desta maneira, que, para eles, sempre contou com aspectos construtivos de relevância. As análises etimológicas tomadas isoladamente poderiam levar a crer que o anarquismo constitui apenas uma negação da autori-

dade, no caso da citação de Kropotkin, ou uma negação do Estado no caso da citação de Woodcock.

O primeiro caso envolve uma discussão conceitual complexa, que está presente tanto nos estudos do anarquismo, quanto nos estudos do poder. “Autoridade” é um termo polissêmico, que pode ser compreendido de diversas maneiras; é utilizado pelos anarquistas clássicos, ainda que cada um lhe dê um sentido distinto, e também aparece nos estudos de referência que, normalmente, o utilizam como sinônimo de dominação.

O segundo caso envolve uma discussão conceitual relevante do anarquismo, que possui implicações significativas. Conceituar o anarquismo como uma luta contra o Estado e, os anarquistas como aqueles que levam a cabo esta luta, implica definir o anarquismo como sinônimo de antiestatismo.

O anarquismo como sinônimo de antiestatismo

Ainda que seja possível compreender as definições de Nettlau (2008, no prelo) e de Woodcock (2002), nesse sentido Eltzbacher (2004) constitui, dentre os estudos de referência, o caso mais exemplar. Ao escolher os sete autores considerados anarquistas pelos pesquisadores “comprometidos cientificamente com as investigações do anarquismo”, ele analisou suas obras e chegou à seguinte conclusão:

Os ensinamentos anarquistas têm em comum apenas uma coisa: eles negam o Estado no futuro. Nos casos de Godwin e Proudhon, Stirner e Tucker, a negação significa que eles rejeitam o Estado incondicionalmente, tanto no futuro quanto em qualquer outro momento; no caso de Tolstói, significa que ele rejeita o Estado, ainda que não incondicionalmente, mas no futuro; nos casos de Bakunin e Kropotkin, significa que eles prevêm que, no futuro, o progresso da evolução irá abolir o Estado (ELTZBACHER, 2004, p. 292-293).

Independente da interpretação sobre a negação do Estado nos distintos autores, que possui algumas imprecisões, e levando em conta a problemática metodológica discutida, a questão mais relevante, nesse texto, é levar em conta a definição de anarquismo de Eltzbacher: anarquismo é a negação do Estado no futuro, anarquismo é sinônimo de *antiestatismo*.

Tal definição continuou a ser utilizada posteriormente. Roderick Kedward (1971, p. 5-6) afirma que “o laço que une todos os anarquistas” é “o antagonismo a qualquer situação regulada pela imposição, pela obrigação ou pela opressão”, um aspecto que constituiria, para ele, o fundamento do antiestatismo anarquista. Corinne Jacker (1968, p. 2) sustenta que “outro termo para anarquismo é antiestatismo”.

Essa definição permitiu que fossem considerados anarquistas diversos autores e episódios, cuja única semelhança é a oposição ao Estado em geral, ou ao governo em particular.

O anarquismo como fenômeno do século XVIII

Além da posição ahistórica, há algumas abordagens que consideram ser o anarquismo um fenômeno do século XVIII. Ainda que essa posição não seja defendida abertamente por nenhum dos estudos de referência, as análises indicam que há possibilidade do anarquismo ser assim compreendido.

Eltzbacher (2004) considera um conjunto de autores que teve sua produção realizada entre o fim do século XVIII e o início do século XX. Godwin é o escritor mais antigo levado em consideração, e seu estudo de referência, *Enquiry concerning political justice*, foi publicado em 1793. Poder-se-ia crer, por isso, que o anarquismo é um fenômeno do século XVIII.

No cerne da discussão teórica de Woodcock (2002), que discute com al-

gum detalhe os “principais teóricos do anarquismo”, também enfatiza o início do anarquismo em Godwin, apesar da seleção histórica não chegar a tal conclusão, o que também poderia levar a crer nessa interpretação do anarquismo como um fenômeno do século XVIII.

Outros autores, como Horowitz (1982, p. 32), trabalham com esse referencial do século XVIII, partindo da Revolução Francesa: “a primeira forma consciente do anarquismo representava um composto de nostalgia e utopia, consequência bastante natural de doutrina desenvolvida por um setor ilustrado da aristocracia e empregada mais tarde pelos *sans-culottes*”. Esse “anarquismo” do século XVIII, chamado por Horowitz de “anarquismo utilitário”, teria sido “uma expressão dos ricos deslocados em favor de uma sociedade subprivilegiada”, já que “os pobres não tinham aprendido [...] a falar por si mesmos”. Autores como Claude-Adrien Helvétius, Diderot, Godwin, Saint-Simon seriam, para tal autor, anarquistas daquela época.

Outras abordagens que podem levar a crer nessa hipótese são aquelas que se apoiam em estudos acerca do uso dos termos “anarquia” e seus derivados. Fundamentando-se parcialmente nessa abordagem, Woodcock (2002, v. I, p. 7-10) e Joll (1970, p. 48) investigam como o uso desses termos contribuiu com a definição do anarquismo.

O surgimento desses termos, em sentido político, data fundamentalmente do século XVIII, assunto que será discutido a seguir.

O uso dos termos “anarquia” e seus derivados

Investigar o uso dos termos “anarquia” e seus derivados implica um retorno ao contexto da Revolução Francesa, pois foi, principalmente, a partir dela que esses termos começam a ser utilizados em sentido político.

Alexandre Samis (2002, p. 47) identifica que o uso desses termos, pelo menos no que diz respeito ao campo político, surge naquele contexto imbuído de um sentido particular: “A palavra anarquia, vista até aqui como sinônimo de subversão ou elemento desestabilizador da ordem, tem suas raízes também na Europa – é utilizada já na França revolucionária, do fim do século XVIII”. “Anarquista” era um termo utilizado para se referir àquele que possuía um papel desagregador e nocivo para a sociedade, como sustenta Joll (1970, p. 48): “Os epítetos são significativos; ‘anarquista’ era o termo adotado por Robespierre para atacar os da esquerda, de que se servira para os seus próprios fins, mas de quem resolveu se libertar”. Os *sans-culottes* de Beaucaire afirmavam em 1793: “Somos uns pobres e virtuosos *sans-culottes*; formamos uma associação de artesãos e camponeses”. E continuavam: “Sabemos quem são os nossos amigos: aqueles que nos livraram do clero e da nobreza, do sistema feudal, das décimas, da monarquia e de todos os males que ela acarreta consigo; aqueles a quem os aristocratas chamam anarquistas, facciosos, maratistas”.

Ainda que se possa dizer que, durante o curso da Revolução Francesa, os *enragés*, dentre os quais se encontravam Jaques-Roux e Jean Varlet, tivessem posições libertárias, até aquele momento, conforme as posições de Samis e Joll, os termos que posteriormente se referirão ao anarquismo tinham um sentido essencialmente negativo. Eram utilizados por setores políticos que queriam depreciar alguém ou desqualificar seus adversários ou inimigos. Certamente o senso comum teve influência nesse uso dos termos. Se anarquia era a destruição, o caos, a desorganização etc., qualificar um adversário ou inimigo político de anarquista era imputar a ele todos esses sentidos, forjados pelo senso comum e carregados junto com os termos.

Esse senso comum que é apresentado no século XVIII independente do surgimento do anarquismo como uma corrente político-ideológica continuou a ser difundido nos séculos posteriores e, em alguma medida, existe até os dias de hoje. Os séculos XIX e XX contaram com uma difusão massiva desse sentido, forjado pelo senso comum e que equiparava os termos “anarquia” e seus derivados com a destruição, o caos, a desorganização, e com as posturas antissociais, desagregadoras e críticas, relacionando-os, frequentemente, com o crime e a loucura.

Cesare Lombroso (1977, p. 15, 25), médico e criminologista italiano, escreveu em 1894 que o anarquismo significava “um enorme retrocesso”; com raras exceções, para ele, “os autores mais ativos da ideia anárquica” eram “loucos ou criminosos, e muitas vezes ambos”. Gustave Le Bon (1921, p. 268-270, 370), psicólogo social e sociólogo francês, afirmou em 1910: “o anarquismo não constitui uma doutrina política, porém um estado mental, especial a variedades bem definidas de degenerados, que os patologistas há muito tempo catalogaram”; seria, enfim, uma “moléstia essencialmente contagiosa”. Para ele, os anarquistas eram “alucinados pelos seus impulsos mórbidos” e possuíam “o intuito de destruir a sociedade”; eram inimigos “de qualquer forma de organização social”.

Ainda que no século XXI as abordagens como as de Lombroso e Le Bon pareçam exageradas, elas refletem como, por muito tempo, veio sendo forjando um sentido aos termos “anarquia” e seus derivados e ao próprio anarquismo.

O anarquismo como fenômeno do século XIX

Joll (1970, p. 12-13) – ainda que seu estudo remeta-se aos anabatistas, às revoltas camponesas do século XVI, a Godwin e aos

socialistas utópicos; e ainda que ele traga elementos que permitam uma identificação do surgimento do anarquismo no século XVIII – afirma que “o movimento anarquista é um produto do século XIX. É, em parte pelo menos, o resultado do impacto da maquinaria e da indústria na sociedade camponesa e artesã”. Haveria, segundo considera, um contexto histórico que teria permitido o surgimento do anarquismo⁵.

McKay (2008, p. 26), em relação ao surgimento do anarquismo, afirma que:

O anarquismo é uma expressão da luta contra a opressão e a exploração, uma generalização das experiências e análises do povo trabalhador daquilo que estava errado no sistema vigente e uma expressão de esperanças e sonhos de um futuro melhor. Essa luta existia antes de se chamar anarquismo, mas o movimento anarquista histórico [...] é essencialmente um produto das lutas da classe trabalhadora contra o capitalismo e o Estado, contra a opressão e a exploração, e por uma sociedade de indivíduos livres e iguais.

Segundo essas afirmações, pode-se compreender que, ainda que haja um passado de lutas contra a dominação, as quais teriam existido durante toda a história, o século XIX teria proporcionado algumas condições particulares para o surgimento do anarquismo, dentre as quais se encontram o desenvolvimento do capitalismo, do Estado Moderno e as mudanças sociais envolvendo o campo e a cidade.

Quando Guérin (1968, p. 20-21) afirma que o anarquismo é um tipo de socialismo – sendo este definido como uma corrente ideológico-doutrinária formulada no seio dos movimentos da classe trabalhadora que lutavam contra o capitalismo –, ele também o concebe como um produto do século XIX.

Paradoxalmente, Kropotkin, que defendeu a posição ahistórica em seu verbete de 1910, afirmara, antes, em 1887:

O anarquismo, o sistema não governamental do socialismo, tem uma dupla origem. Constitui um amadurecimento dos dois grandes movimentos de pensamento nos campos político e econômico que caracterizam o século XIX, especialmente sua segunda metade. Em comum com todos os socialistas, os anarquistas sustentam que a propriedade privada da terra, do capital e das máquinas maquinaria já teve seu tempo, e que está condenada a desaparecer; sustentam também que tudo o que for necessário para a produção deve tornar-se propriedade comum da sociedade, e assim o serão; a propriedade comum deve ser gerida em comum por aqueles que produzem a riqueza. Em comum com os mais avançados representantes do radicalismo político, eles sustentam que o a organização política ideal da sociedade exige que se reduzam as funções governamentais ao mínimo e que o indivíduo retome sua liberdade completa de iniciativa e de ação para satisfazer – por meio dos grupos e federações livres – todas as necessidades infinitamente variadas dos seres humanos (KROPOTKIN, 2005, p. 46).

Para esse autor, no referido trecho, o anarquismo é definido como uma corrente socialista, constituída a partir da conjunção do desenvolvimento do próprio socialismo e daquilo que chama de “radicalismo político” – um federalismo de base democrática e libertária. A união dessas duas correntes, durante a segunda metade do século XIX, teria permitido o surgimento do anarquismo.

Definir o anarquismo como uma corrente do socialismo surgida no século XIX é hoje a posição hegemônica entre os estudiosos do tema. Além dos já mencionados Joll, McKay e Guérin, diversos outros estudiosos trabalham com esse referencial.

Avrich (2005, p. 3) sustenta que “o anarquismo, como um movimento organizado

5 Incoerências e inconsistências desse tipo são constantes nos estudos de referência, envolvendo a relação entre teoria social e história. Como nesse caso apesar do autor afirmar que o anarquismo é um fenômeno do século XIX, também aborda autores e episódios de períodos anteriores em seu estudo.

de protesto social, é um fenômeno recente”, que surgiu “na Europa, durante o século XIX e o início do século XX”, como uma “resposta aos passos rápidos da centralização política e econômica impulsionada pela Revolução Industrial”. Cappelletti (2006, p. 9) afirma que o anarquismo, “como filosofia social e como ideologia, nasce na primeira metade do século XIX”; ainda assim, “sua formação explícita e sistemática não pode ser considerada anterior a Proudhon”. Para ele, o anarquismo surge a partir de uma conjunção de fatores possibilitada pela Revolução Francesa, pela formação da classe trabalhadora e pelo surgimento do capitalismo industrial.

Berthier (2008, p. 2) sustenta que o anarquismo, como “doutrina política moderna”, desenvolve-se a partir de três elementos fundamentais: “a crítica do comunismo doutrinário e utópico francês, realizada por Proudhon”, “a crítica da filosofia alemã efetuada por Bakunin”, mas, “sobretudo, por meio da experiência prática da luta social e da solidariedade de classe no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores”; a corrente coletivista ou socialista revolucionária, chamada mais tarde de anarquista, tornar-se-ia, naquele contexto, um “movimento de massas organizado”. Skirda (2002), em sua análise organizativa do anarquismo, toma como um marco de referência o pensamento proudhoniano, assim como Ansart (1970), que em sua obra *El nacimiento del anarquismo*, trata exclusivamente da produção teórica de Proudhon e de seu vínculo com o movimento dos trabalhadores da seda de Lyon.

Schmidt e Walt (2009, p. 45) afirmam que o anarquismo surge durante a AIT, mais especificamente em 1868: “é razoável considerar os anos 1860 e a Primeira Internacional como o contexto de surgimento do movimento anarquista”. O anarquismo, para eles, surgiu das teorias e práticas, pensamentos e ações desenvolvidos pelo movi-

mento operário do século XIX: “foi dentro do ambiente socialista que as ideias identificadas com Bakunin, Kropotkin e o movimento anarquista surgiram”. Essa visão – de que o anarquismo passou a existir quando Bakunin e outros socialistas, constituindo a Aliança da Democracia Socialista (ADS), ingressaram na Internacional, passando a impulsionar a difusão das estratégias anarquistas pela Europa – é também compartilhada por Nicolas Walter (2000).

Para Colombo (2011, p. 127), o anarquismo se constitui plenamente durante o Congresso de Saint-Imier, em 1872; naquele contexto, “o anarquismo tornar-se-á um corpo teórico que organiza, sistematiza, representa e justifica a luta, e os métodos de luta, para chegar a uma transformação profunda da sociedade”. Esse autor também enfatiza que o anarquismo não surge “da cabeça de um rebelde genial”, mas é o “produto das condições reais da exploração e da dominação de classe, da forma estatista do poder político e das lutas sociais conexas”. Tal posição é compartilhada por Marianne Enckell (1991).

Dentre esse conjunto de autores que consideram o surgimento do anarquismo no século XIX, encontram-se duas similaridades: o vínculo entre o surgimento do anarquismo e um contexto particular, em termos econômicos, políticos e sociais, e também o fato do anarquismo ser compreendido como um movimento emergente da classe trabalhadora e do próprio socialismo.

Entretanto, há basicamente três posições, que se fundamentam em marcos distintos para estabelecer o momento, durante o século XIX, em que surge o anarquismo. O primeiro marco é a produção de Proudhon, que se inicia em 1840 e se desenvolve até sua morte em 1865; o segundo é a constituição da ADS e a entrada dela e de Bakunin na AIT, que ocorrem em 1868; o terceiro é a cisão da AIT e a constituição da

Internacional Antiautoritária ocorrido em 1872. A partir de 1872 é praticamente um consenso entre todos os autores de que o anarquismo já está constituído.

Essa ligação do anarquismo com o século XIX é realizada, em grande parte dos casos, por um determinado contexto histórico que teria proporcionado as condições para o surgimento do anarquismo. Entretanto, essa ligação também pode ser realizada por dois outros fatos: o uso positivo do termo “anarquia” e seus derivados e a autoidentificação dos anarquistas, ambos os fenômenos daquele século – recursos que também são utilizados por estudiosos do anarquismo.

O sentido positivo dos termos “anarquia” e seus derivados e a autoidentificação dos anarquistas

Apesar do sentido negativo dos termos “anarquia” e seus derivados, discutidos anteriormente, há um marco histórico que ficou conhecido como a primeira tentativa de modificar esse sentido. Woodcock (2002, v. I, p. 40, 17) – apesar de afirmar que “dois historiadores do anarquismo, Alain Sargent e Claude Harmel, descobriram que o primeiro anarquista foi Jean Meslier, o cura de Étrepigny, que viveu no século XVIII” – sustenta que o anarquismo “existe na Europa desde 1840 ininterruptamente”. Esse marco de 1840 certamente está ligado ao uso que Proudhon fez, pela primeira vez, do termo “anarquia” em sentido positivo e de sua reivindicação de ser um anarquista, conforme indica Samis (2002, p. 52):

A anarquia, palavra recorrente nos discursos que tinham como objetivo desclassificar os oponen-

tes, geralmente partidários da liberdade, era então vista de forma bem diversa da conceituação que lhe deu Pierre-Joseph Proudhon, no seu tratado apresentado à Academia de Ciências de Besançon, O que é a Propriedade?, em 1840.

Proudhon (1988, p. 233-237), em meio à sua crítica contundente da propriedade privada, afirmou ser um anarquista, entendendo por isso uma oposição aberta ao governo dos homens pelos homens e a “ausência de senhor, de soberano”. Ainda que tenha continuado a utilizar o termo “anarquia” no sentido de desordem, Proudhon foi, no livro de 1840, o primeiro autor conhecido a atribuir-lhe sentido positivo⁶.

Ainda assim, parece evidente que um autor como Proudhon – mesmo se levada em conta a influência massiva de seus escritos – não reverteria facilmente o sentido que impregnava o termo pelo menos desde o século anterior. Essa problemática foi notada por militantes anarquistas que, na AIT, preocupavam-se com o uso dos termos “anarquia” e seus derivados, justamente pelo significado que eles vinham carregando ao longo do tempo.

James Guillaume (2009, p. 204) notava, com preocupação, que a própria militância utilizava esses termos de maneira negativa: “aconteciam-nos, ainda, [...], de empregar as palavras ‘anarquia’ e ‘anárquico’ no sentido vulgar”. Por esse motivo, naquele contexto, preferia-se o uso de outros termos: “não se falava de ‘anarquismo’ à época. Bakunin dizia-se socialista revolucionário ou coletivista” (Berthier, 2010, p. 127). Na AIT, conforme coloca Enckell (1991, p. 199), esses termos eram ainda pouco utilizados:

6 Deve-se destacar, entretanto, que o venezuelano Antonio Muñoz Tébar afirmou, em 1811, em relação à forma que deveria assumir a República da Venezuela: “A anarquia! Essa é a liberdade. [...] Senhores, que a anarquia, com a tocha das fúrias em mãos, nos guie ao congresso, para que sua fumaça embriague os facciosos da ordem e os siga pelas ruas e praças gritando: Liberdade!” (apud GONZÁLEZ, 2009).

Bakunin, quatro anos antes [de 1872], saiu do Congresso da Paz dizendo aos amedrontados burgueses: *Sou anarquista*, retomando a afirmação provocativa de Proudhon. Em seu relato do Congresso da Basileia da AIT, em 1869, James Guillaume fala de coletivismo anarquista, mas ele nunca utilizará a palavra anarquista isoladamente, por razão de sua aparência negativa. Nos programas da Aliança [da Democracia Socialista], das seções ou mesmo dos círculos mais revolucionários, esse termo jamais aparece durante os primeiros anos da AIT.

O uso progressivo dos termos em questão contribuiu para modificar, ainda que relativamente, o sentido negativo atribuído a eles. A partir de Proudhon, esses termos passaram a ser reivindicados de maneira positiva, sendo utilizados esporadicamente pelos coletivistas da Internacional – Bakunin nos escritos do fim da vida e Guillaume muito raramente – e adotados, majoritariamente, somente a partir de 1872, com a fundação da Internacional Antiautoritária.

Mesmo com a tentativa de Proudhon de dar um sentido positivo dos termos “anarquia” e seus derivados, nota-se que essa utilização terminológica teve resistências mesmo entre aqueles que, no século XIX, foram representantes de primeira ordem do anarquismo. A reivindicação positiva, mais generalizada desses termos a partir de 1872, aos poucos, pelo menos para um determinado setor socialista, proporcionou as condições para a substituição de termos como “socialismo revolucionário” e “coletivismo”, constituindo uma alternativa a eles.

Ainda assim, não houve uma homogeneização nesse sentido; outros termos vêm funcionando historicamente como sinônimos de anarquismo: “socialismo libertário”, “comunismo libertário”, “socialismo antiautoritário”, “comunismo antiautoritário” entre outros. Entretanto, não se pode assumir que todos eles sejam sinônimos; se foram frequentemente reivindicados por anarquistas, em determinados casos extrapolam fronteiras

ras e estendem-se a outros setores da esquerda socialista e revolucionária.

Isso implica a discussão de outra problemática que envolve a autoidentificação dos anarquistas. Mesmo não se apoiando nesse critério de maneira absoluta, alguns estudos de referência, de certa maneira, trabalham com a autoidentificação dos anarquistas como um critério para demarcar e definir o próprio anarquismo. McKay (2008) leva em conta, em distintos momentos, individualistas como Susan Brown, Tucker, o periódico *Anarchy: a journal of desire armed*, primitivistas como John Zerzan, e o periódico *Green anarchy* que, para além do fato de se considerarem anarquistas, não possuem muito em comum com os princípios históricos do anarquismo.

Deve-se questionar, assim, se a autoidentificação constitui um critério adequado para determinar quem é ou não anarquista e, por meio de sua produção teórica e prática, determinar o que é ou não o anarquismo.

O anarquismo como antítese do marxismo

Essa problemática está ligada diretamente a outras anteriormente discutidas. Algumas abordagens, como as que consideram o anarquismo um fenômeno ahistórico, definido pela luta contra a dominação, mas, fundamentalmente, as abordagens que definem o anarquismo como sinônimo de antiestatismo constituem as bases das análises que enfatizam ser o anarquismo a antítese do marxismo.

Essas abordagens se fundamentam, em alguma medida, no referido verbete sobre anarquismo, elaborado por Kropotkin (1987) para a *Encyclopaedia britannica*. O argumento que sustenta suas posições, parcialmente retomado em alguns dos estudos de referência, é que o desenvolvimento da humanidade conta com duas tendências imemoriais em seu seio; uma delas, antiau-

toritária, que se caracterizaria pelas lutas e resistências contra a dominação, e outra, autoritária, que se caracterizaria pelas tentativas de dominação e pelo estabelecimento de hierarquias na sociedade. Esse argumento subsidia, em alguns casos, posições de que o anarquismo seria uma expressão da primeira tendência, e o marxismo, da segunda.

Horowitz (1982, p. 23) considera que o anarquismo se desenvolveu, em grande medida, como uma alternativa ao marxismo. Em uma comparação entre o socialismo e o anarquismo, afirma que:

A diferença entre o socialismo e o anarquismo é fundamentalmente uma diferença entre aqueles que pretendem abolir as formas de relações sociais tais como existem atualmente e aqueles que tentam abolir o conteúdo de toda a sociedade de classes existentes até o presente. O socialista vê a sociedade futura a partir da perspectiva de redistribuição do poder, da propriedade etc. O anarquismo vê em um compromisso desse tipo uma realização abortada e predestinada a perpetuar, sob uma forma nova, as mesmas divisões que vêm cindindo historicamente a sociedade. Para o anarquista, a raiz do problema é a sociedade; para o socialista, a raiz do problema se encontra nas classes sociais.

Pode-se, assim, compreender o anarquismo como uma luta contra a sociedade de dominação, sem base classista, posicionando-se contrariamente à redistribuição do poder e da propriedade privada. O clasismo, a crítica da propriedade privada e da centralização do poder não seriam elementos constitutivos do anarquismo. Algumas abordagens discutidas – do anarquismo ahistórico, definido pela luta contra a dominação, e do anarquismo como sinônimo de antiestatismo – vêm subsidiando compreensões do anarquismo nesse sentido. Mesmo nas abordagens amplas dos estudos de referência, em geral, não se considera o marxismo parte do anarquismo. Isso inclui a obra de Eltzbacher que, ainda que defina o anarquismo como

oposição ao Estado no futuro, não faz menções à possível fusão das duas ideologias.

As posições de que o anarquismo surgiu no século XIX, a partir da cisão da Internacional em 1872, também possui argumentos que podem levar a conclusões semelhantes. As diferenças entre marxistas e anarquistas têm sido significativamente destacadas nos estudos da Internacional – em especial, os conflitos entre Marx e Bakunin – adquirindo, em muitos casos, proporções maiores do que a própria AIT. Esses conflitos, que se evidenciaram a partir de 1869 e chegaram ao ápice em 1872, marcaram a cisão do socialismo em duas correntes fundamentais, chamadas *a posteriori* de anarquista e marxista. Entretanto, mesmo com a cisão, ambas as correntes estiveram juntas em distintas oportunidades, como no caso do primeiro período da Segunda Internacional (1889-1914).

As posições de ambas as correntes, exacerbadas e significativamente difundidas a partir de então, vêm contribuindo, principalmente a partir da segunda metade do século XX, com essa compreensão do anarquismo como antítese do marxismo, ao afirmar mais suas diferenças do que suas similaridades.

A incoerência do anarquismo e seu fim em 1939

Para Kedward (1971, p. 6), “nunca surgiu um programa coerente do anarquismo”, sendo que “disputa e discórdia fizeram parte de sua mais genuína natureza”. Distintos estudos de referência enfatizam, em termos negativos ou positivos, essa incoerência do anarquismo.

Eltzbacher (2004, p. 270) concluiu, ao fim de seu estudo, que os sete sábios do anarquismo, em geral, “nada têm em comum”. A partir de uma tipologia interessante, constatou que alguns dos sábios eram idealistas e outros eudemonistas, uns eram altruístas e

outros egoístas, uns espontaneístas e outros federalistas, uns individualistas, outros coletivistas ou comunistas. Woodcock (2002, v. I, p. 14) enfatiza que “os anarquistas podem estar totalmente de acordo quanto a seus objetivos básicos, mas demonstram ter profundas divergências quanto às táticas necessárias para atingir esses objetivos, especialmente no que se refere à violência”. Para Joll (1970, p. 29), “foi o conflito entre estes dois tipos de temperamento, o religioso e o racionalista, o apocalíptico e o humanista, que tornou a doutrina anarquista tão contraditória”.

Essa incoerência, para alguns autores, não se trata de um problema, mas de uma virtude. Marshall (2010, p. 3) e McKay (2008, p. 18) consideram que é o antidogmatismo do anarquismo – considerado uma filosofia pelo primeiro e uma teoria para o segundo – permite abarcar todas essas concepções, conseguindo, de algum modo, conciliá-las. Marshall afirma que “o anarquismo é como um rio com muitas correntes e contracorrentes”, as quais se modificam constantemente, “sendo renovado pelo vai e vem das ondas, mas sempre rumando ao oceano de liberdade”. Posições que não se distanciam significativamente da de Guérin (1968, p. 12): “Malgrado a variedade e a riqueza do pensamento anarquista, malgrado suas contradições, malgrado suas disputas doutrinárias, centrada, não raramente, à volta de falsos problemas, estamos perante um conjunto de concepções muito homogêneas”.

Essas posições consideram que não há grandes contradições entre Stirner e Bakunin, ou entre Tucker e Kropotkin. As diferenças, como as notadas por Eltzbacher, seriam positivas e demonstrariam que o anarquismo não é dogmático.

Tais argumentos, que envolvem as bases diversas e incoerentes do anarquismo, subsidiam posições de autores, como Caio T. Costa (1990, p. 7, 12) e Ricardo Rugai

(2003, p. 2), que falam na existência de “anarquismos”, definidos por distintas e inconciliáveis maneiras de se conceber o próprio anarquismo.

Além da incoerência, alguns estudos de referência apontam claramente para a conclusão de que o anarquismo teria terminado em 1939, ano em que se consolidou a derrota da Revolução Espanhola. As obras produzidas nos anos 1960 abordarão isso. Woodcock chegou a afirmar que o fracasso da Espanha revolucionária havia marcado o fim do anarquismo:

Situei o término desta história do anarquismo no ano de 1939. Esta data, escolhida propositalmente, assinala a verdadeira morte [...] do movimento anarquista fundado por Bakunin duas gerações atrás. [...] Não existem sequer quaisquer possibilidades admissíveis de um renascimento do anarquismo. [...] [A perda da Revolução Espanhola] foi a última e a maior derrota do movimento anarquista histórico. Nesse dia, virtualmente deixou de existir como uma causa viva. Restaram tão-somente anarquistas e a ideia anarquista (WOODCOCK, 2002, v. II, p. 288, 295).

Mesmo tendo voltado atrás alguns anos depois, reconhecendo a relevância do anarquismo durante os anos 1960, Woodcock (2002, v. II, p. 299) afirmou em 1973 que “entre 1939 e 1961 o anarquismo não desempenhou qualquer papel notável nos assuntos de qualquer país”. Guérin (1968, p. 155) enfatizou, de maneira semelhante, que “a derrota da Revolução Espanhola privou o anarquismo do seu único bastião no mundo. Desta experiência, o movimento anarquista saiu esmagado, disperso e, em certo sentido, desacreditado”.

Unindo os argumentos da incoerência e do fim do anarquismo em 1939, Joll (1970, p. 325) afirma: “quando olhamos para os repetidos fracassos do anarquismo em ação, fracassos que culminaram na tragédia da Guerra Civil Espanhola”, enfatiza, poder-se-

-ia afirmar que “as contradições e as inconsistências da teoria anarquista, a dificuldade, se não a impossibilidade de pô-la em prática, parecem ilustradas pelas experiências dos passados cento e cinquenta anos”.

De uma maneira ou de outra, os estudos de referência raramente fogem dessas duas afirmações: o anarquismo é incoerente e perdeu sua expressão em 1939, com a derrota da Revolução Espanhola.

O pequeno impacto popular do anarquismo e outros aspectos de relevância

Os estudos sobre anarquismo apresentam ainda argumentos que contribuem com outras conclusões sobre o tema, presentes em distintos trabalhos analisados.

Ao passo que Horowitz (1982, p. 9) aponta o “desaparecimento virtual do anarquismo como um movimento social ‘organizado’”, Kedward (1971, p. 120) vai mais longe:

Os historiadores devem concordar que o ideal da anarquia nunca foi popular, que ele encontrou a oposição de todas as classes e de todas as idades. Ele nem mesmo se tornou o credo de uma juventude adolescente, o grupo que, por razão da idade, está mais naturalmente envolvido com o problema da autoridade.

Este argumento sustenta que o anarquismo não somente teria desaparecido nos anos 1930 ou 1960 como um movimento social organizado, mas que ele nunca teria ultrapassado um ideal utópico, sem impacto popular relevante.

A possível afinidade entre o anarquismo e a juventude, enfatizada por Kedward, é retomada por Joll (1970, p. 330), que afirma que “o ardente e irreprimível otimismo das doutrinas anarquistas terá sempre uma aceitação entre a juventude em revolta contra as concepções morais e sociais dos mais velhos”.

Inadequado para a sociedade de seu tempo, o anarquismo possui, de acordo com Woodcock (2002, v. I, p. 15), bases idealistas que “em muitos países teve muito pouco a ver com a realidade”.

De acordo com Joll (1970, p. 327-328), o anarquismo está sustentado em uma “visão romântica, saudosista, de uma sociedade do passado” composta por “artesãos e camponeses”, a qual lhe caracterizaria como algo antigo, do passado, e pouco adaptado para a sociedade industrial, oferecendo poucas alternativas, segundo afirma Woodcock (2002, v. II, p. 293, 290): “as pessoas comuns das classes média e operária [...] rejeitaram a visão anarquista por que esta [...] carecia de concretismo e precisão tranquilizadores que elas desejavam”. Essa inadequação ao presente também se demonstraria pela vontade dos anarquistas de voltar ao passado e pelo desenvolvimento do anarquismo, de maneira mais evidente, nas sociedades atrasadas: “os países e as regiões onde o anarquismo fez-se mais forte foram aqueles em que a indústria era menos desenvolvida e em que o pobre era mais pobre”. O flerte com certo “primitivismo” seria, dessa maneira, uma característica inata do anarquismo e um dos fatores que o teria impedido de se desenvolver de maneira mais ampla, fundamentalmente entre o operariado urbano e industrial; a rejeição do anarquismo às lutas por reformas, conforme afirmam Woodcock (2002, v. II, p. 293) e Joll (1970, p. 30, 327), e sua política do tudo ou nada teria reforçado esse distanciamento entre trabalhadores e anarquistas.

Outro aspecto significativo do anarquismo seria, conforme afirmou Woodcock (2002, v. I, p. 23, 28), uma “visão naturalista da sociedade”, venerando “tudo que fosse natural, espontâneo e individual”, o que permitiria, segundo Joll (1970, p. 32-33) e Horowitz (1982, p. 16), relacioná-lo às ideias de Rousseau e sua concepção da natureza hu-

mana. Esse individualismo, de acordo com os estudos de referência, seria também uma característica básica do anarquismo. Sobre isso, Woodcock (2002, v. I, p. 36) enfatiza que:

a preocupação extremada com a soberania da escolha individual domina não apenas as ideias anarquistas sobre táticas revolucionárias e a futura estrutura da sociedade; ela também explica por que razão o anarquista rejeita tanto a democracia quanto a autocracia. [...] A democracia prega a soberania do povo. O anarquismo, a soberania da pessoa.

“Rebeldes diletantes altamente individualistas” (WOODCOCK, 2002, v. II, p. 292), os anarquistas, segundo Costa (1990, p. 11), “se é que se pode encontrar algo de comum entre eles, têm sempre em mira apenas o indivíduo, sem delegações, produtor, naturalmente em sociedade”. Tal preocupação com o indivíduo não colocaria os anarquistas em uma posição de se contrapor completamente à organização, mas, segundo Woodcock (2002, v. I, p. 18), de defenderem “grupos desagregados e transitórios” e confederações que deveriam servir de exemplo ao povo, sendo sua espontaneidade fundamental.

Em suma, há aspectos de relevância apontados pelos estudos de referência: o anarquismo, que nunca teve significativo impacto popular, fundamenta-se no individualismo, no espontaneísmo, no idealismo, no naturalismo, sendo mais afeito às ideias dos jovens e mais bem adaptado ao passado do que ao presente – elementos que teriam justificado, em certa medida, seu pequeno impacto popular.

As questões do método historiográfico e do escopo geográfico

Uma análise dos estudos de referência, tanto em relação ao método historiográfico, quanto em relação ao escopo geográfico, permite que sejam elaboradas algumas afirmações. Em relação ao primeiro, constata-se

que as obras históricas utilizam, majoritariamente, um modelo de história hegemônico no século XX, quando foram escritas, priorizando os “grandes homens”, a partir de uma “história vista de cima”. Em relação ao segundo, evidencia-se um foco basicamente na Europa Ocidental, ainda que se possa notar algum destaque à Rússia, constituindo uma abordagem, em boa medida, eurocêntrica; entretanto, o Leste Europeu praticamente não aparece, ao passo que há algum destaque para a América do Norte, fato que permitiria considerar um direcionamento voltado ao eixo Atlântico Norte.

Eltzbacher (2004) trata do anarquismo a partir de uma abordagem teórica que se fundamenta na obra dos sete sábios que são na maioria europeus; não aborda episódios e movimentos em que o anarquismo esteve envolvido. Nettle (2008, no prelo), em termos do método historiográfico, foge um pouco à regra, pois, além dos grandes pensadores, expõe um conjunto significativamente amplo de episódios e movimentos em suas reflexões históricas. Em relação ao escopo geográfico, aborda fundamentalmente a Europa Ocidental e a Rússia, além de discutir brevemente os Estados Unidos, dedicando ao Leste Europeu, América Latina, Ásia e Oceania menos de 10% de seus dois volumes.

Woodcock (2002) dedica praticamente todo seu volume teórico à análise da produção de seis grandes teóricos do anarquismo, todos europeus. O volume que analisa a prática do anarquismo concentra em torno de 60% de seu conteúdo às análises de França, Espanha, Itália e Rússia; destinando somente algumas páginas à América Latina e aos Estados Unidos. Joll (1970), na parte teórica de sua obra, dedica-se ao estudo de ideias, lutas por liberdade e surgimento do socialismo, com o foco na Europa; dedica-se, também, ao estudo aprofundado da obra de Proudhon e Bakunin. A parte prática – tanto os deba-

tes estratégicos que envolvem a propaganda pelo fato, quanto o sindicalismo, além das experiências revolucionárias – tem foco principalmente na Europa. Guérin (1968) fundamenta sua elaboração teórica, basicamente, em três autores: Proudhon, Bakunin e Stirner. A partir da prática de fenômenos revolucionários na Europa Ocidental e na Rússia, trabalha com uma bibliografia basicamente europeia, sem também dedicar espaço a outros continentes.

Marshall (2010) elabora quase toda sua reflexão teórica de mais de 200 páginas com a análise de dez autores – Godwin, Stirner, Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Reclus, Malatesta, Tolstói, Goldman e Gandhi –, grande parte, europeus. Em seu volume de mais de 800 páginas dedica menos de 10% aos estudos da Ásia e da América Latina; África e Oceania não são abordadas. McKay (2008) trabalha com um conjunto bem mais amplo de autores do que a maioria dos estudos de referência. Ainda assim, destacam-se significativamente os clássicos europeus e os autores norte-americanos.

Constata-se que nos estudos de referência, se em alguns casos há cortes históricos muito amplos, a leitura do “anarquismo” é sempre feita de cima para baixo, a partir de seus grandes homens. Por outro lado, nota-se uma restrição significativa de escopo geográfico, que tem como foco a Europa, abordando com alguma profundidade os Estados Unidos. Em geral, quase não se trata devidamente do anarquismo na América, do Sul e Central, e os casos da Ásia, da África e da Oceania praticamente inexistem.

Balço dos estudos de referência

Sem dúvida, todos os estudos de referência tiveram, e ainda têm, um papel relevante para as investigações sobre o anarquismo. São, evidentemente, produções fruto do

tempo e do lugar em que foram realizadas. Por isso, seus méritos, que sem dúvida não são poucos, devem ser reconhecidos.

Eltzbacher (2004) introduziu o anarquismo na academia, com uma seriedade e um espírito científico que não eram comuns à época, quando se tratava de anarquismo – as produções possuíam caráter ideológico marcante, tanto nas abordagens daqueles que o defendiam, quanto daqueles que o criticavam. Mesmo com os problemas que serão apontados, seu estudo fundamenta-se em elementos teórico-metodológicos bastante avançados para seu tempo. Nettlau (2008, no prelo) se destaca por ser um dos primeiros estudiosos a tentar reunir as ideias e práticas libertárias em uma obra, fornecendo aos futuros pesquisadores dados e nomes que seriam fundamentais para aprofundamentos ulteriores. O papel de Nettlau, na reunião de originais dos clássicos anarquistas – muitos dos quais constituíram a base do acervo do Instituto de História Social de Amsterdã –, também não pode ser minimizado.

Woodcock (2002) e Joll (1970) avançaram na discussão de temas teóricos e práticos do anarquismo e sua difusão massiva contribuiu significativamente com as produções subsequentes. O fato dos autores serem simpáticos ao anarquismo deu às suas abordagens um traço distinto de produções acadêmicas e/ou políticas que se fundamentavam mais no senso comum e na propaganda ideológica do que nos fatos. Dentre as obras produzidas nesse período, o estudo de Guérin (1968) é o que mais se destaca. Mesmo com suas limitações, é, sem dúvidas, o melhor dos estudos de referência, constituindo, ainda hoje, uma boa introdução ao anarquismo.

Marshall (2010) apresenta uma obra de referência do pensamento e da prática dos libertários em sentido amplo, ou seja, das lutas históricas contra a dominação. Sua extensa obra vem contribuindo com o avanço

na investigação acerca da relação entre os anarquistas e os libertários em geral. McKay (2008) apresenta, de maneira bastante didática, vários temas do anarquismo, com posições bem fundamentadas e com significativa relação com os fatos históricos. Sua difusão, indubitavelmente, vem afastando diversos mitos que rondam historicamente o anarquismo e proporcionando elementos para uma compreensão bem mais adequada do tema, em comparação com muitos dos estudos precedentes.

Apesar desses méritos, é imprescindível realizar uma crítica das limitações desses estudos, ainda que seja uma crítica generosa, que reconhece sua importância, em seu tempo e lugar; são eles, em grande medida, que têm fornecido as bases para aprofundamentos e refinamentos das investigações. Não se trata, por isso, de arrogância intelectual, mas de identificar problemas precedentes de maneira a avançar nas pesquisas. Também não se pode deixar de considerar questões contextuais significativas, mencionadas anteriormente, como os problemas políticos (na relação entre o anarquismo e o *status quo*, o anarquismo e outros setores da esquerda e do socialismo), a correlação de forças nas universidades e os problemas técnicos (dificuldade no acesso às fontes)⁷.

Comparando as definições de anarquismo dos estudos de referência, podem-se realizar alguns comentários.

Uma simples somatória das definições apresentadas pelas obras analisadas não per-

mite chegar a uma definição única de anarquismo. Se, por um lado, algumas definições forjadas no senso comum foram descartadas – nenhum dos autores em questão conceitua o anarquismo como defesa da destruição, do caos, da desorganização –, por outro lado, não há uma definição comum que permita identificar o que, de fato, é o anarquismo.

Todas as definições, de certa maneira, possuem um mínimo denominador comum, em torno da oposição à dominação e da aspiração à liberdade. Essa oposição à dominação, chamada por alguns anarquistas de “luta contra a autoridade”, constituiu a base de outras definições do anarquismo, como no caso de Sébastien Faure (1998, p. 58), que afirmou: “quem nega a autoridade e luta contra ela é um anarquista”. Além da amplitude destas definições, que abarcam um universo muito amplo de autores e episódios, o termo “autoridade”, central nas discussões sobre o poder⁸, não é claro nesta e em outras definições. Historicamente, no anarquismo, têm sido dados distintos sentidos ao termo “autoridade”, dentre eles o de poder e o de dominação, também significativamente diferentes. Os anarquistas seriam contra o Estado, contra a dominação ou contra o próprio poder? Essa questão de fundo complica ainda mais a elaboração de uma definição adequada do anarquismo.

Entretanto, o maior problema dessas definições amplas, adotadas em alguma medida por Nettlau e Marshall, é que o anarquismo torna-se, assim, um fenômeno

7 O próprio Eltzbacher (2004, p. 5) reconheceu essa dificuldade no acesso às fontes: “Os escritos anarquistas são escassos em nossas bibliotecas. Eles são tão raros que é extremamente difícil para um indivíduo adquirir até mesmo as obras mais proeminentes.”

8 Para uma abordagem do poder, Corrêa (2011) afirma: “Por meio do mesmo termo, podem estar sendo discutidas distintas questões e por outros termos – como, nesse caso específico, *autoridade* e *dominação* – podem estar sendo discutidas as mesmas questões. Trata-se, assim, de compreender amplamente o objeto em questão e suas distintas abordagens, tomando em conta as referidas precauções metodológicas.”

ahistórico e desprovido de contexto. Pode-se dizer que essa abordagem, que teve início em Kropotkin, mais do que definir o anarquismo e estudar sua história, foi realizada em meio a uma resistência significativa à aceitação das ideias anarquistas, fundamentada no argumento de que aquilo que os anarquistas sustentavam era contra a própria natureza humana e que nunca, em toda história, havia sido defendido ou colocado em prática.

Autores como Kropotkin buscavam, em certa medida, demonstrar que as lutas contra a dominação motivadas pela defesa da liberdade sempre existiram; não seriam, portanto, contrárias à natureza humana. Tais argumentos, ainda que politicamente importantes para contrapor os outros argumentos em questão, não podem ser tomados como base de um estudo teórico-histórico de rigor; mais do que uma produção teórica, essa leitura, segundo Schmidt e Walt, constitui uma meta-história, um mito legitimador.

Como outros movimentos, os anarquistas começaram a criar o que só pode ser considerado um mito legitimador para o movimento: retratar o anarquismo como um fenômeno comum a todos os lugares, povos e localidades; essa meta-história ajudou a enfraquecer as acusações de que o anarquismo seria estranho, bizarro ou contrário à natureza humana. O elenco, nesse palco universal, incluiu filósofos antigos como Lao Tsé, heréticos religiosos como os anabatistas e pensadores como Godwin e Stirner, seguidos por movimentos a partir da Primeira Internacional, incluindo o sindicalismo⁹ (SCHMIDT; WALT, 2009, p. 34).

Ainda que os autores neguem que o anarquismo possa ser definido tão-somente como oposição à dominação e aspiração à liberdade, como no caso das abordagens

ahistóricas, eles reconhecem que lutas sociais libertárias e antiautoritárias foram levadas a cabo durante toda a história e constituem heranças essenciais da humanidade, confirmando que não contrariam a natureza humana. Entretanto, essas lutas não podem, em sua totalidade, ser consideradas expressões do anarquismo.

Neste sentido, Berthier (2008, p. 1) afirma que o anarquismo possui em suas origens relações com “a tendência imemorial da humanidade de luta contra a opressão política e a exploração econômica”, mas essas relações não são suficientes para se reduzir uma coisa à outra. Ao tratar desta relação, Albert Meltzer (1996, p. 5) enfatizou:

O movimento anarquista moderno não pode, mais do que outras teorias modernas da classe trabalhadora, considerar seus estes precursores da revolta. Para investigar o movimento anarquista moderno devemos observar fatos mais próximos de nosso tempo. Ainda que tenha havido grupos libertários, não estatistas e federalistas – os quais, posterior e retrospectivamente, foram chamados de anarquistas, antes de meados do século XIX –, foi somente naquele contexto que eles tornaram-se o que agora chamamos de anarquistas.

Para esses autores, trata-se de distinguir o que se poderiam chamar fenômenos libertários e fenômenos anarquistas. Os primeiros estão ligados às lutas antiautoritárias e libertárias, que têm por base a oposição à dominação e a aspiração à liberdade, e que vêm ocorrendo durante toda a história, pautadas em princípios mais amplos. Os segundos estão vinculados ao anarquismo, fenômeno essencialmente histórico, que se insere em um contexto determinado, podendo ser localizado no tempo e no espaço, e define-se por princípios

9 Schmidt e Walt utilizam o termo “sindicalismo” (*syndicalism* em inglês), diferenciando-o de “trade-unionismo”, o sindicalismo anterior a este de intenção revolucionária (*unionism* em inglês), que permaneceu como ferramenta reformista de articulação dos trabalhadores. Trata-se, para a compreensão do argumento dos autores, de considerar este “sindicalismo” de intenção revolucionária, que inclui o sindicalismo revolucionário e o anarco-sindicalismo.

mais restritos. Os fenômenos anarquistas são, assim compreendidos, parte dos fenômenos libertários; o que é anarquista está contido no que é libertário, sendo, portanto, o segundo conjunto maior que o primeiro.

As definições amplas – como as de Kropotkin, na *Encyclopaedia britannica*, Nettlau e Marshall – devem, portanto, ser descartadas, visto que definem, no máximo, o que é libertário, mas não o que é anarquista. Tais definições têm de ser incorporadas em uma definição mais pormenorizada do anarquismo, que permita conceituar suas particularidades em relação a outros fenômenos libertários.

Outras definições amplas, como as de Eltzbacher, Joll e Woodcock, também tangenciam elementos do anarquismo, mas não são capazes de conceituá-lo de maneira adequada.

Esse é o caso da definição do anarquismo como sinônimo de antiestatismo, ou como oposição do Estado no futuro. Tal definição é reducionista e permite que se incluam no anarquismo autores e tradições que não são anarquistas.

Conceber o anarquismo desta maneira implica considerar que Marx e os marxistas são anarquistas. Afinal, Marx (1850) sustentou um conceito de comunismo que, por razão do fim da contradição entre as classes, existiria sem o Estado: “A abolição do Estado só tem sentido entre os comunistas, como uma consequência necessária da abolição das classes, com a qual desaparece automaticamente a necessidade de um poder organizado de uma classe para manter as outras sob seu jugo”. Outros teóricos marxistas, que acreditam na superação da “ditadura do proletariado” do socialismo para uma fase superior do comunismo, preveem também o fim do Estado.

Por que então não incluir Marx e os marxistas no anarquismo? Alguns marxistas heterodoxos insistiram nessa posição, justamente por trabalharem com uma definição

de anarquismo como sinônimo de antiestatismo; Maximilien Rubel e Louis Janover, em um livro intitulado *Marx anarquista* (2010, p. 17), tentam demonstrar – por meio das afirmações que Marx previa, em um momento pós-revolucionário, a abolição do Estado – que Marx era um teórico anarquista. Sobre *A ideologia alemã*, os autores afirmam: “De ponta a ponta, nesse volumoso escrito, sua crítica da política e do Estado toma uma coloração claramente anarquista: ainda que evitassem a utilização desse termo, seu ‘comunismo’ não deixava de conduzir ao imperativo de ‘derrubar o Estado’”. Certamente Rubel e Janover exageram; mas sua conclusão é equivocada justamente pelo reducionismo da definição de anarquismo com a qual trabalham.

Entretanto, os estudos de referência do anarquismo que utilizam as definições amplas, incluindo a compreensão do anarquismo como sinônimo de antiestatismo, não consideram anarquistas, na maioria absoluta dos casos, Marx e os marxistas. Conforme apontam Schmidt e Walt (2009, p. 42):

Aceitar a definição de anarquismo de Eltzbacher e aplicá-la consistentemente significa que Mao e Stálin [além de Marx e Engels] têm todo o direito de figurar entre os sábios; a lógica é inevitável, já que ambos “negam o Estado no futuro”. No entanto, nenhum dos trabalhos mais comuns sobre o anarquismo inclui a dupla; ao contrário, o marxismo clássico é sempre apresentado como a antítese absoluta do anarquismo. Esse é um ponto bastante revelador. A razão óbvia para a exclusão do marxismo clássico – e para que ele seja apresentado como a antítese do anarquismo – é sua estratégia da ditadura do proletariado. [...] A estratégia não é considerada um aspecto de definição do anarquismo nos trabalhos mais comuns e é apresentada como o campo em que os anarquistas mais divergem.

Demonstra-se, com isso, a debilidade conceitual de obras que não conseguem explicar por que incluem entre os anarquistas teóricos como Godwin e Stirner, mas não

Marx e Engels, Mao e Stalin. No caso citado, se o anarquismo fosse definido unicamente por uma oposição ao Estado no futuro, os quatro deveriam ser incluídos. Se, entretanto, além de uma perspectiva de futuro, a oposição ao Estado implica estratégias, meios de atuação com vistas a fins, então elementos estratégicos têm de estar contemplados em uma definição de anarquismo. Distinguir anarquismo e marxismo implica, necessariamente, realizar uma discussão sobre estratégias.

A definição de anarquismo como antiestatismo tem permitido extrapolações que beiram o absurdo, como no caso daqueles que consideram ser possível a existência de uma corrente “anarco-capitalista”, que defende um liberalismo extremado, de completa redução do Estado em benefício do capitalismo de mercado. Essa posição, ainda que seja aceita por Marshall (2010, p. 559-565) – o qual inclui entre os anarquistas Margaret Thatcher, Buda, Marques de Sade, Che Guevara e outros –, é veementemente negada por McKay (2008, p. 477-547), com base no argumento de que o anticapitalismo é um princípio anarquista.

Silva (2011, p. 23) está correto ao afirmar que “reduzir o anarquismo ao simples e vago epíteto de ‘rejeição ao Estado’ não é suficiente para caracterizar a ideologia anarquista”. A oposição ao Estado é característica comum entre os anarquistas, mas também entre autores e tradições que possuem pouco ou quase nada em comum com o anarquismo; o antiestatismo é, certamente, um elemento libertário que está presente na definição de anarquismo, mas, novamente, não se pode resumir uma coisa à outra.

A definição de Eltzbacher deve também ser descartada. Em primeiro lugar, pelo problema metodológico discutido – o fato de trabalhar com um conjunto de autores que, ao serem indicados por outros pesquisado-

res, já possuíam entre si a única semelhança de oposição do Estado no futuro –, que comprometeu sua pesquisa. Em segundo lugar, por ela permitir, logicamente, a inclusão no anarquismo de autores e tradições, como Marx, os marxistas, Godwin, Stirner e “anarco-capitalistas”; conforme se buscará demonstrar, esses autores e tradições não são anarquistas.

Podem-se, ainda, apontar os limites das definições de Joll – que vincula o anarquismo à luta pela transformação social, à crença na racionalidade humana e à possibilidade de aperfeiçoamento humano – e de Woodcock – que une o anarquismo aos elementos conceituais da estratégia: crítica da sociedade presente, proposta de sociedade futura e a estratégia de transformação social.

Os mesmos argumentos levantados em relação à problemática de se definir o anarquismo como sinônimo de antiestatismo podem ser colocados em relação à definição de Joll. Não poderiam Marx, Engels e Lênin ser incluídos nessa sua ampla definição? O problema da definição de Woodcock é que, ainda que mencione esses elementos conceituais da estratégia, não os especifica. De que crítica se trata? De que sociedade futura se trata? De que estratégia de transformação se trata? Sem levar os argumentos ao limite, podem-se manter os exemplos do marxismo. Marx, Engels e Lênin não tinham uma crítica da sociedade presente, uma proposta de sociedade futura e uma estratégia de transformação social? Isso os faz anarquistas? Joll e Woodcock, mesmo trabalhando com definições amplas, não consideram os marxistas parte da tradição anarquista. Certamente o anarquismo possui relação com as questões relativas ao conhecimento que surgem com a Modernidade, mas as outras ideologias modernas também o possuem – vinculá-lo à racionalidade, por exemplo, não é suficiente. Certamente o anarquismo também possui grandes linhas

estratégicas, assim como outras ideologias; torna-se imprescindível, por isso, apresentar quais são os elementos estratégicos que constituem princípios do anarquismo. Devem ser descartadas, também, por esses motivos, as definições de Joll e Woodcock.

As definições de Guérin e McKay são mais específicas e permitem que se avance em um estudo mais criterioso sobre o anarquismo. Ambos conceituam o anarquismo como um tipo de socialismo, que se opõe ao capitalismo e ao Estado Moderno. Guérin enfatiza, ainda, como princípios, a necessidade de estratégias libertárias de transformação, que excluem a tomada do Estado, por meio de revoluções ou reformas, e também aspectos construtivos fundamentais, como o federalismo e a autogestão, além do antiimperialismo. Essas definições, mais restritas, permitem avançar rumo a uma teoria e uma história mais adequadas do anarquismo.

As definições de Guérin e McKay só permitem considerar o anarquismo um fenômeno do século XIX, quando um determinado contexto, de desenvolvimento do capitalismo e consolidação do Estado Moderno, se estabelece, e o movimento popular desenvolve em seu seio críticas e proposições que marcarão a ideologia anarquista posteriormente. Ambas as definições constituem um ponto de partida para iniciar uma definição adequada de anarquismo.

Outra problemática a ser discutida é a relação que, frequentemente, os estudos de referência realizam entre forma e conteúdo, demonstrada nas reflexões realizadas sobre as análises etimológicas, as análises dos termos “anarquia” e seus derivados e a autoidentificação dos anarquistas. Essa problemática envolve a equiparação de alguns termos que foram utilizados historicamente para se referir ao anarquismo e à própria tradição ideológica.

As análises etimológicas podem ser contestadas a partir de alguns argumentos fun-

damentais. A constituição histórica do anarquismo não teve uma escolha meticulosa da terminologia utilizada em todos os países do mundo em que se manifestou. Conforme apontado, outros termos foram utilizados para se referir a esse mesmo fenômeno histórico. Como afirmou Rugai (2003, p. 4), “é necessário precisar os termos e não ficarmos somente presos à palavra anarquismo, que por ser muito aberta não define muita coisa”. Não se trata, portanto, de uma análise de um dos termos, mesmo que seja o mais utilizado, mas de uma prática histórica real, que envolve aspectos objetivos e subjetivos, racionais e irracionais, ideias e fatos, e que vem se dando para além das palavras utilizadas para identificá-la.

Esse argumento também foi defendido por Malatesta (2001, p. 11), quando, ao discutir o assunto, afirmou: “não entremos em digressões filológicas, pois a questão não é em nada filológica, mas histórica”. Trata-se, assim, de incluir a análise dos termos dentro de uma análise histórica mais ampla do fenômeno social e não deduzir o fenômeno a partir das análises etimológicas. É necessário contrapor o significado etimológico com a totalidade histórica, visando comprovar se esse significado reflete, de fato, o anarquismo.

Além disso, essas análises partem de um termo essencialmente de negar – o governo, o Estado, a autoridade –, e o anarquismo nunca foi uma ideologia que implicasse somente uma crítica social. Seus aspectos positivos e construtivos foram sempre tão fortes quando os negativos e destrutivos. Se o anarquismo teve sempre uma crítica social, nunca deixou de ter um objetivo a ser atingido e estratégias para tanto. As análises exclusivamente etimológicas só conseguem extrair do termo “anarquia” e de seus derivados uma posição de negação, mas nunca seus aspectos positivos e construtivos, que só podem ser identificados por meio de uma análise da ideologia anarquista e de sua história.

Finalmente, as análises etimológicas tendem a apontar para as definições amplas de anarquismo (oposição à dominação ou antiestatismo) que, conforme discutido, possuem limitações significativas.

As análises dos termos “anarquia” e seus derivados também são insuficientes para definir o anarquismo. No caso de seu uso durante o século XVIII – fundamentado no senso comum e visando somente depreciar alguém ou desqualificar adversários ou inimigos políticos –, essas análises podem, no máximo, proporcionar uma compreensão acerca do significado atribuído a esses termos pelas pessoas e a formação do senso comum. Não permitem estabelecer um marco para identificar o surgimento do anarquismo como uma ideologia, uma corrente político-doutrinária. Isso exige que se rechace a hipótese do surgimento do anarquismo no século XVIII, a qual se apoia no vínculo completo entre surgimento do termo e início da tradição ideológica; um estudo criterioso do anarquismo não pode ter por base o senso comum.

Isso também vale para a mudança do sentido dos termos iniciada por Proudhon. O fato de ter reivindicado os termos “anarquia” e seus derivados em sentido positivo não é suficiente para determinar o nascimento de uma ideologia. É necessário verificar o que Proudhon queria dizer quando reivindicou esses termos e relacionar sua obra com a tradição anarquista histórica e o movimento popular que lhe deu corpo.

Essa questão conduz à problemática de se considerar a autoidentificação um critério fundamental para a definição do anarquismo. Discorda-se, neste aspecto, de Rugai (2003, p. 3), que afirma, ao abordar as diferenças entre aqueles que são considerados anarquistas: “cada qual foi anarquista dentro do que concebia e propôs”. O critério de conceituar o anarquismo a partir das definições de todos os que se consideram anarquistas não parece

correto. Em termos históricos, há uma tradição anarquista, a qual, por meio de uma investigação criteriosa e tomando em conta continuidades e permanências, pode ser conceituada e discutida. Sobre a autoidentificação dos anarquistas, sabe-se ainda que, historicamente, houve anarquistas que preferiram utilizar outros termos para se referir a si mesmos; outros, ainda que se reivindicassem anarquistas, por meio de uma análise consistente, não poderiam ser assim considerados.

O fato de alguém se considerar anarquista não constitui um critério suficiente para se definir quem são os anarquistas e o que é o anarquismo. Conforme afirmado, a reivindicação dos termos “anarquia” e seus derivados possui relação com a ideologia anarquista, mas não se pode, também neste caso, reduzir uma coisa à outra. Se uma organização afirma ser anarquista, mas os aspectos fundamentais de seu pensamento e sua ação se encontram no campo do marxismo, ela deve ser considerada anarquista? Parece evidente que não. Portanto, ainda que a autoidentificação possa ser um critério observado, ela não pode ser um critério determinante e único. Trata-se de tomar o conjunto histórico interdependente – que inclui elementos discursivos, mas não se resume a eles – para avaliar corretamente quem são os anarquistas e o que é o anarquismo.

Em suma, não é possível equiparar completamente forma e conteúdo; é necessário considerar as análises etimológicas, as análises dos termos “anarquia” e seus derivados e a autoidentificação dos anarquistas como indicativos a serem analisados dentro de uma perspectiva histórica mais abrangente. Estes não são fatores determinantes que, sozinhos, podem definir quem são os anarquistas e o que é o anarquismo. Por isso, podem ser considerados anarquistas tanto aqueles que se identificaram como tais, em parte ou durante toda sua vida – e este também é um

critério importante, pois uma pessoa pode ser anarquista em parte de sua vida e em outra não –, mas também outros, que nunca se reivindicaram como tais.

Os estudos de referência apresentam, ainda, limites significativos em relação ao método historiográfico utilizado; mesmo as obras que trabalham com uma perspectiva histórica, como Guérin e McKay, apoiam-se, em grande medida, nos grandes homens. Apresentam limites também em relação ao escopo geográfico, pois têm seu foco em autores e episódios restritos, em sua maioria, europeus.

Parece natural que as teorias elaboradas a partir de uma amostragem restrita de dados – em termos quantitativos, de autores e episódios, mas também em relação à sua extensão no mundo – não deem conta do fenômeno em sua totalidade. Uma abordagem adequada do anarquismo tem a necessidade de colocar em xeque tanto esse método quanto esse escopo. Mesmo que reconhecendo os méritos dos estudos de referência, e, principalmente, dos anarquistas clássicos, não se pode, como realiza Marshall (2010), utilizar os métodos e o escopo utilizados por Kropotkin, quase um século antes, sem observá-los de maneira crítica. Conforme afirmado, trabalhos contemporâneos sobre o anarquismo têm o dever de se debruçarem criticamente sobre as produções precedentes.

Deve-se ressaltar, ainda, que os estudos de referência foram, em grande medida, realizados por autores que possuíam alguma simpatia com o anarquismo. Todos os problemas apontados, assim, não constituem o foco de disputas político-ideológicas mais significativas. Quando a discussão do anarquismo adentra o campo dessas disputas, o assunto se torna ainda mais complexo.

Apesar de Lênin (2003) ter afirmado que “a inconsistência do anarquismo deve [...] ser demonstrada” e que “é necessário examinar a ‘doutrina’ dos anarquistas de alto

a baixo e colocá-la à prova sistematicamente em todos os aspectos”, muito do que se fez, no campo da esquerda em geral, e do marxismo em particular, desde Marx e Engels, foi realizar uma leitura completamente ideológica e sem qualquer base teórico-científica relevante. Não foi possível, nesse sentido, “examinar a doutrina de alto a baixo” e nem afirmar sua “inconsistência”.

Kolpinsky, no epílogo que realiza a compilação de textos de Marx, Engels e Lênin sobre o anarquismo (MARX; ENGELS; LÊNIN, 1976) – uma obra financiada por Moscou no contexto soviético para promover as ideias do marxismo-leninismo – é um exemplo claro. O autor afirma em seu texto que o anarquismo é uma doutrina pequeno-burguesa, alheia ao proletariado, sem fundamentos, voluntarista, idealista e individualista:

Esta doutrina, alheia ao proletariado por seu conteúdo de classe, substitui o pensamento revolucionário pela fraseologia dogmática; a autêntica organização proletária pelo sectarismo; a tática bem pensada, baseada em uma análise serena dos fatores objetivos, pelo aventureirismo, nascido de concepções voluntaristas; a análise científica das leis do desenvolvimento social por sonhos utópicos sobre a liberdade absoluta do indivíduo (KOLPINSKY, 1976, p. 333).

Tais afirmações, repetidas ao longo da história intermináveis vezes, além das leituras do anarquismo realizadas por meio das posições de seus adversários, ou mesmo de seus inimigos, terminaram por ser incorporadas tanto ao universo acadêmico quanto político. Rugai (2003, p. 6) reforça este argumento ao afirmar o papel de “fontes oficiais, o Estado, inimigos e adversários políticos” do anarquismo no processo de estabelecimento dos significados de anarquismo, “inclusive os do campo socialista”. Distintas interpretações contemporâneas do anarquismo estão permeadas destes sentidos atribuídos, historicamente, por adversários e inimigos.

Em suma, grande parte dos estudos de referência, as produções ideológicas dos adversários – potencializadas pela inserção de parte deles na academia –, dos inimigos e algum resquício das noções forjadas pelo senso comum vêm prejudicando uma compreensão adequada do anarquismo. Estudos teóricos e históricos contemporâneos do anarquismo têm de lidar, necessariamente, com essa problemática.

Foi justamente por não terem lidado com ela que distintos estudos afirmaram a incoerência do anarquismo, ou mesmo sua fragilidade teórica, argumentos que foram fortalecidos no século XX, tanto no campo político quanto acadêmico. Para muitos, o anarquismo estaria marcado por contradições históricas entre seu pensamento e sua ação, não possuiria métodos de análise, teorias e estratégias coerentes.

Esse discurso tem sido incorporado, inclusive, por teóricos anarquistas ou simpáticos ao anarquismo. Chomsky (2011, p. 38, 17), um dos maiores nomes da esquerda contemporânea, que se considera um “companheiro de viagem” do anarquismo, afirma que “o anarquismo tem costas largas e, como o papel, aceita qualquer coisa” e acredita que “seria desanimador tentar abranger todas essas conflituosas tendências [do anarquismo] em alguma teoria ou ideologia geral”. Ibáñez (2007, p. 148, 152, 155) enfatiza: “sou anarquista, anarquista crítico e heterodoxo, certamente, mas anarquista ao fim e ao cabo” e, ao mesmo tempo, considera que o anarquismo possui uma “falta de sistematização e de sofisticação teórica” que, entre outras consequências, fez estar “petrificado”, “morto”, fazendo “parte dos monumentos históricos, por mais íntimos e muito veneráveis que eles possam ser”.

Por mais admiráveis que possam ser Chomsky, no campo da Política, e Ibáñez, no campo da Psicologia Social, apresentam uma característica comum, relativamente constante nos críticos do anarquismo, mesmo quando são simpáticos a ele: o universo completamente restrito de dados sobre o qual realizam suas pesquisas. Uma análise pormenorizada da obra de Chomsky acerca do anarquismo¹⁰ demonstra que suas bases são fundamentadas em uma leitura com alguma profundidade de Bakunin e Rocker, menções a anarquistas como Diego Abad de Santillán e Pelloutier, além de algumas obras teóricas e históricas de Guérin, Joll, e estudos sobre a Confederación Nacional del Trabajo (CNT) e a Revolução Espanhola; somado a isso, uma tentativa de aproximar ao anarquismo de clássicos liberais e marxistas heterodoxos. Em relação à Ibáñez (2007, p. 148), ele mesmo afirma: “nunca li de maneira detida, ou seja, seriamente, os principais autores anarquistas, nem tampouco tenho um bom conhecimento da historiografia do movimento libertário”.

O argumento da incoerência e da fragilidade teórica do anarquismo está profundamente ligado às problemáticas dos estudos de referência e ao contexto das investigações sobre o anarquismo – ambos os aspectos possuem impacto, inclusive, em acadêmicos simpáticos ao anarquismo, como Chomsky e Ibáñez. Esse é o motivo de diversos estudiosos do anarquismo, tais como Joll, Woodcock, Marshall, Kedward e outros, se apoiarem neste argumento.

Afirmações sobre a incoerência e a fragilidade teórica do anarquismo têm como fundamento principal a falta de estudos sistemáticos, incluindo seus autores e episódios históricos relevantes.

10 Ver Chomsky (2004, 2011).

REFERÊNCIAS

- ANSART, P. *El nacimiento del anarquismo*. Buenos Aires: Amorrortu, 1970.
- AVRICH, P. *The russian anarchists*. Oakland: AK Press, 2005.
- BERTHIER, R. *Philosophie politique de l'anarchisme. Essai sur les fondements théoriques de l'anarchisme*. v. I. Paris: Monde Nouveau, 2008.
- _____. *Poder, classe operária e "ditadura do proletariado"*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2010.
- BURKE, P. *História e teoria social*. 2a ed. São Paulo: UNESP, 2011.
- CAPPELLETTI, A. *La ideología anarquista*. Buenos Aires: Araucária, 2006.
- CHOMSKY, N. *Notas sobre o anarquismo*. São Paulo: Imaginário/Sedição, 2004.
- _____. *Notas sobre o anarquismo*. São Paulo: Hedra, 2011.
- CLAUSEWITZ, C. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- COLOMBO, E. *Democracia e poder: a escamoteação da vontade*. São Paulo: Imaginário, 2011.
- CORRÊA, F. Para uma teoria libertária do poder I: Ibáñez e o poder político libertário, 2011. Disponível em: <<http://www.estrategiaeanalise.com.br/ler02.php?idsecao=e8f5052b88f4fae04d7907bf58ac7778&&cidtitulo=34713c489a780ef80d43d43e9a9051c5>>. Acesso em: 13 fev. 2013.
- _____. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2012.
- COSTA, C. T. *O que é anarquismo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- DAHLMANN, D. Max Weber's relation to anarchism and anarchists: the case of Ernst Toller. In: MOMMSEN, W.; OSTERHAMMEL, J. (Orgs.). *Max Weber and his contemporaries*. Londres: Allen and Unwin, 1989.
- ELTZBACHER, P. *The great anarchists: ideas and teachings of seven major thinkers*. Nova York, Dover, 2004.
- ENCKELL, M. *La fédération jurassienne: les origines de l'anarchisme en Suisse*. Saint-Imier, Canevas, 1991.
- ERRANDONEA, A. *Sociología de la dominación*. Montevideu, Nordan; Buenos Aires, Tupac, 1989.
- FAURE, S. Anarquismo. In: WOODCOCK, G. *Grandes etos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1998.
- GONZÁLEZ, A. S. Para una historia del anarquismo en Venezuela. 2009. Disponível em: <<http://contradesinformacion.acervo.org/?p=69>>. Acesso em: 5 jan. 2013.
- GUÉRIN, D. *O anarquismo: da doutrina à ação*. Rio de Janeiro: Germinal, 1968.
- _____. *Por un marxismo libertario*. Madri: Jucar, 1979.
- GUILLAUME, J. *A internacional: documentos e recordações*. v. I. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009.
- HOROWITZ, I. *Los anarquistas*. v. I. La teoría. Madri: Alianza, 1982.
- IBÁÑEZ, T. Es actual el anarquismo? In: *Actualidad del anarquismo*. Buenos Aires: Anarres, 2007.
- JACKER, C. *The black flag of anarchy: antistatism in the United States*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1968.

- JOLL, J. *Anarquistas e anarquismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1970.
- KEDWARD, R. *The anarchists: the men who shocked an era*. Londres: Library of the Twentieth Century, 1971.
- KOLPINSKY, N. Y. Epílogo. In: MARX, K.; ENGELS, V. *Lênin: acerca del anarquismo y el anarcosindicalismo*. Moscou: Progreso, 1976.
- KROPOTKIN, P. Anarquismo. In: TRAGTENBERG, M. (Org.). *Kropotkin: textos escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- _____. Anarchist communism: its basis and principles. In: _____. *Kropotkin's revolutionary pamphlets*. Whitefish: Kessinger, 2005.
- LE BON, G. *A psychologia política*. Rio de Janeiro: Garnier, 1921.
- LEIER, M. *Bakunin: the creative passion*. Nova York: St. Martin's Press, 2006.
- LÊNIN, V. O materialismo dialético e o anarquismo. 2003. Disponível em: <<http://primeiralinha.org/home/?p=155>>. Acesso em: 3 jan. 2013.
- LEVY, C. Max Weber, anarchism and libertarian culture. In: WHIMSTER, S. (Org.). *Max Weber and the culture of anarchy*. Basingstoke: Macmillan, 1999.
- LOMBROSO, C. *Los anarquistas*. Barcelona: Jucar, 1977.
- MALATESTA, E. *A anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2001.
- MARSHALL, P. *Demanding the impossible: a history of anarchism*. Oakland: PM Press, 2010.
- MARX, K. Review: le socialisme et l'impot, par Emile de Girardin. *Neue Rheinische Zeitung*, n. 4. 1850. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1850/04/girardin.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. Prefácio à edição russa de 1882. In: _____. *Manifesto comunista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.
- MARX, K.; ENGELS, F.; LÊNIN, V. *Acerca del anarquismo y el anarcosindicalismo*. Moscou: Progreso, 1976.
- McKAY, I. *An anarchist FAQ*. v. I. Oakland: AK Press, 2008.
- MELTZER, A. *Anarchism: arguments for and against*. Oakland: AK Press, 1996.
- NETTLAU, M. *História da anarquia*. São Paulo: Hedra, 2008, no prelo.
- _____. *Anarchism: communist or individualist? Both*. 2011. Disponível em: <http://theanarchistlibrary.org/pdfs/a4/Max_Nettlau__Anarchism__Communist_or_Individualist__Both_a4.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2013.
- PRAGER, J. Moral integration and political inclusion: a comparison of Durkheim's and Weber's theories of democracy. *Social Forces*, n. 59, 1981.
- PROUDHON, P.-J. *O que é a propriedade?* São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- ROCHA, B. L. *A interdependência estrutural das três esferas: uma análise libertária da organização política para o processo de radicalização democrática*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ROCKER, R. *Anarcosindicalismo: teoría y práctica*. Barcelona: Picazo, 1978.

- RUBEL, M.; JANOVER, L. *Marx anarquista*. Buenos Aires: Madreselva, 2010.
- RUGAI, R. R. (2003). *O anarquismo organizado: as concepções práticas da Federação Anarquista Uruguiaia (1952-1976)*. Dissertação (Mestrado em História), Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- SAMIS, A. Os matizes do sentido. In: _____. *Verve*. v. 2. São Paulo: NU-SOL, 2002.
- SCHMIDT, M. *Cartographie de l'anarchisme révolutionnaire*. Quebec : Lux, 2012.
- SCHMIDT, M.; WALT, L. *Black flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland: AK Press, 2009.
- _____. *Global fire: 150 fighting years of international anarchism and syndicalism*. Oakland: AK Press, no prelo.
- SILVA, R. V. *Indelévels refratários: as estratégias políticas anarquistas e o sindicalismo revolucionário no Rio de Janeiro em tempos de redemocratização (1946-1954)*. Monografia (Graduação em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- SKIRDA, A. *Facing the enemy: a history of anarchist organization from Proudhon to may 1968*. Oakland: AK Press, 2002.
- WALT, L. *Debating power and revolution in anarchism, Black flame and historical marxism*. Johannesburg, 2011. Disponível em: <<http://lucienvanderwalt.blogspot.com/2011/02/anar-chism-black-flame-marxism-and-ist.html>>. Acesso em: 3 mar. 2013.
- _____. *Back to the future: the relevance of an anarchist / syndicalist approach to the 21st century left (and today's South Africa)*. Manuscrito inédito fornecido pelo autor, s. d.
- WALTER, N. *Do anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2000.
- WOODCOCK, G. Anarquismo: introdução histórica. In: _____. *Grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1988.
- _____. *História das ideias e movimentos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

Resumo

Problemáticas teóricas e históricas dos estudos de referência do anarquismo

O presente artigo parte de dois fatores – a hipótese da relevância das teorias anarquistas para a Sociologia e a falta de estudos deste objeto no campo acadêmico – e recomeça a discussão do anarquismo, a partir de um balanço bibliográfico crítico de seus estudos de referência, buscando evidenciar as principais problemáticas teóricas e históricas e explicar o estado da arte do debate existente que tem influenciado produções, ainda que esparsas, dentro e fora das universidades. Definem-se sete estudos de referência e, partindo do problema metodológico que envolve a relação entre teoria social e história, analisam-se suas definições de anarquismo, os caminhos percorridos por seus autores para elaborá-las e suas conclusões fundamentais. Por meio de um balanço, apontam-se as principais problemáticas que permeiam esses estudos, dentre as quais se destacam: conjunto restrito de autores e episódios levados em conta nas investigações, assim como generalizações a partir de uma restrita base de dados; foco quase exclusivo na Europa Ocidental / eixo do Atlântico Norte; abordagens ahistóricas (que declaram que o anarquismo sempre existiu), que o vinculam ao uso terminológico e/ou à autoidentificação dos anarquistas (que afirmam seu surgimento no século XVIII, na primeira metade do século XIX etc.); foco nos grandes homens, com a utilização da história vista de cima; definições inadequadas de anarquismo (que o conceituam como antiestatismo, oposição à dominação, antítese do marxismo), que não permitem compreendê-lo adequadamente e nem diferenciá-lo de outras ideologias políticas.

Palavras-chave: Anarquismo, Teoria anarquista, Ideologia política.

Abstract

This article starts from two factors – the hypothesis of the relevance of anarchist theories to Sociology and the lack of studies of this object in the academic field – and restart the discussion of anarchism, from a critical bibliographic balance of its reference studies, seeking to highlight the main theoretical and historical issues and explain the state of the art of the existing debate that has influenced productions, although scattered, inside and outside the universities. Seven reference studies are defined and, beginning with the methodological issue that involves the relationship between social theory and history, it analyzes their anarchism definitions, the paths taken by their authors to elaborate them and their key findings. Through a balance, it points the main problems that underlie these studies, among which are: narrow set of authors and episodes taken into account in the investigations as well as generalizations from a restricted database; almost exclusive focus on Western Europe / North Atlantic axis; approaches that are ahistorical (which state that anarchism has always existed), that bind it to terminological usage and/or anarchists self-definition (who claim its emergence in the eighteenth century, in the first half of the nineteenth century etc.); focus on great men, with the use of history from above; inadequate definitions of anarchism (which conceptualize it as anti-statism, opposition to domination, antithesis of Marxism), that does not allow understanding it properly and differentiating it from other political ideologies.

Keywords: Anarchism, Anarchist theory, Political Ideology.

Résumé

Problèmes théoriques et historiques des études de référence sur l'anarchisme

Cet article a pour point de départ deux facteurs : l'hypothèse de la pertinence des théories anarchistes par la Sociologie et le manque d'études à ce sujet dans le domaine académique. Il reprend la discussion de l'anarchisme à partir d'un bilan bibliographique critique de ses études de référence. Il tente de mettre en évidence les principales questions théoriques et historiques et d'expliquer l'état de l'art du débat existant qui a influencé les productions, même rares, à l'intérieur et à l'extérieur des universités. Sept études de référence sont définies et, sur la base du problème méthodologique qui implique la relation entre la théorie sociale et l'histoire, l'article analyse leurs définitions de l'anarchisme, les chemins empruntés par leurs auteurs pour les élaborer ainsi que leurs principales conclusions. Nous indiquons, à l'aide d'un bilan, les questions principales qui font partie de ces études. Parmi ces questions, nous pouvons signaler : l'ensemble restreint d'auteurs et d'épisodes pris en compte dans les recherches, ainsi que des généralisations à partir d'une base de données restreinte ; une mise au point presque exclusive sur l'Europe de l'Ouest / l'axe Atlantique Nord ; des approches ahistoriques (qui déclarent que l'anarchisme a toujours existé), qui le lient à l'usage terminologique et/ou à l'auto-identification des anarchistes (qui affirment leur émergence au XVIIIe siècle, dans la première moitié du XIXe siècle, etc.) ; mise au point sur les grands hommes, avec l'histoire racontée selon un point de vue supérieur ; des définitions inadéquates de l'anarchisme (qui le conceptualisent comme antiétatisme, opposition à la domination, antithèse du marxisme) et qui ne permettent ni de le comprendre correctement, ni de le différencier des autres idéologies politiques.

Mots-clés : Anarchisme, Théorie Anarchiste, Idéologie Politique

